

nas instituições de combate ao crime relacionadas à racismo, preconceito e desigualdade social, a maior parte dos entrevistados considera que uma punição mais severa para os infratores é a melhor solução para combater a criminalidade.

► **Leia também:**

- **"A esquerda precisa parar de ter medo de admitir seus erros"**

Os entrevistados também associam a decadência moral aos partidos, lideranças e militantes de esquerda – especialmente quando pensam em corrupção política e na defesa de costumes considerados imorais. Há uma compreensão de que a **esquerda** faz uma defesa ostensiva e arrogante de pautas identitárias em detrimento de valores como igualdade e respeito pelo próximo, o que causa sensações de desconforto, revolta e desconfiança.

Família

Existe um desejo de que a **família** volte a ocupar um papel central na educação sexual e moral das crianças e jovens em detrimento das escolas e que é necessário recuperar a convivência familiar para restabelecer a ordem da sociedade.

Segurança e criminalidade

De maneira geral, quase todos os entrevistados sentem medo de sair na rua por conta da **violência**. A maioria das pessoas acredita que se sentiriam mais seguras se houvesse mais policiamento nas ruas e se as penas para os criminosos fossem mais duras. A defesa de punições mais duras e da redução da maioria penal foi muito frequente. Há uma percepção generalizada, especialmente nos grupos masculinos, de que existem pessoas “boas” e “ruins”, e de que praticar um crime ou não é sempre uma escolha de pessoas que já são ruins por natureza, daí a percepção da impunidade causar tanta revolta entre as pessoas, afinal, a percepção de que, de um lado, existiria o trabalhador honesto com valores familiares, e do outro, o bandido mau-caráter.

► **Leia também:**

- **"O pacote 'anticrime' é a antítese de um projeto de segurança pública"**

As mulheres, contudo, tendem a ter visões mais nuançadas em relação à oposição ‘trabalhador vs. bandido’ em comparação com os homens, sobretudo as entrevistadas mais jovens, moradoras de bairros mais periféricos, e que vivem em condições socioeconômicas piores considerando os demais participantes. As mulheres chamaram a atenção para visões preconceituosas que igualam favelados a bandido, e da distância que existe entre a realidade das favelas e de outros bairros da cidade, o que favoreceria a falta de empatia entre as pessoas. Além de relarem episódios de abusos, injustiças e corrupções praticadas por policiais nos bairros onde moram, e terem medo de que seus filhos sejam vitimados pelo crime e/ou pela política, elas também citaram casos de pessoas próximas que foram detidas e/ou presas injustamente, inclusive afirmaram possuir amigos, conhecidos e familiares que já passaram pelo sistema prisional, e por isso tendem a se mostrar mais solidárias.

Chama a atenção o repúdio quase unânime ao termo **‘direitos humanos’** ainda que, para os entrevistados, não exista uma oposição à ideia de dignidade humana. As pessoas associam imediatamente a ideia de direitos humanos à defesa de criminosos/presidiários e acreditam que a luta pelos direitos humanos estaria equivocada na medida em que representaria uma

inversão de valores: foco em quem comete crime e não em quem sofre com eles; defesa de quem não cumpre a lei e desprezo por quem cumpre a lei.

Política nacional e eleições

A maioria dos entrevistados se diz tão descrente que não enxerga possíveis soluções, dado que o **sistema político** em si seria completamente corrompido. Tendo em vista o sentimento generalizado de desconfiança e decepção em relação à classe política como um todo, era muito comum afirmarem que seu voto nas eleições de 2018 foi para o candidato menos pior, e que 'não botavam a mão no fogo' por nenhum político.

Vários entrevistados afirmaram que durante os governos petistas havia mais trabalho e o país estava melhor economicamente, mas ao mesmo tempo alguns destacaram que o crescimento que o país experimentou neste período não foi graças ao PT, e sim a uma conjuntura nacional e internacional favoráveis. Também se destaca um grupo que afirma ter votado em **Jair Bolsonaro** no segundo turno das eleições sem grandes convicções, ainda que afirmassem ter simpatia por certas pautas que o político defendia durante a campanha no que diz respeito à educação nas escolas, como o caso do 'kit gay'.

As pessoas que expressam esperança, otimismo e expectativas positivas para o futuro da política, a despeito da crise representativa-partidária, consideram Bolsonaro um político diferente que poderia mudar o Brasil, de modo que as palavras 'diferente' e 'mudança' são constantes quando as pessoas argumentam os porquês de seu voto no atual presidente.

Desigualdades

Todos os entrevistados reconhecem a existência de uma desigualdade econômica estrutural no país e entendem que este é seu maior problema. Já a percepção das desigualdades de raça e gênero/LGBT é mais nuançada. Ainda que todos reconheçam que exista muito preconceito e violência com negros, mulheres e LGBTs, e que fossem abundantes os relatos de casos sofridos pelos próprios entrevistados ou por familiares e conhecidos, o entendimento é o de que tais episódios não estariam relacionados a questões estruturais, mas principalmente à falta de educação e respeito de certos indivíduos. Há uma compreensão geral de que os militantes ligados a tais pautas, especialmente as feministas, seriam agressivos, desrespeitosos, e arrogantes, e que tais grupos não deveriam demandar maior representatividade social por meio de políticas afirmativas, pois estas seriam uma forma de diferenciá-los das demais pessoas. Toda política que transmita a ideia de diferença era vista com maus-olhos, afinal, diziam repetidas vezes: 'todos somos iguais'.

Desigualdades raciais

Nas relações sociais, a grande maioria dos entrevistados reconhece que existe preconceito contra pessoas negras no Brasil. Foram muito frequentes os relatos da população negra entrevistada sobre **racismo** cotidiano na busca por empregos, no ônibus, e em supermercados e lojas. Mesmo pessoas que não são negras também relataram casos de racismo que ocorreram com conhecidos ou parentes.

► **Leia também:**

- **Conceição Evaristo: "Cada vez mais o racismo no Brasil sai do armário"**

Alguns poucos entrevistados porém, especialmente homens brancos, afirmam que o racismo diminuiu muito e que muitas vezes os negros exageram porque

na atualidade teriam praticamente as mesmas oportunidades que os brancos. Entre estas pessoas, especialmente entre os mais pobres, percebe-se um sentimento de mágoa pelo fato dos negros serem mais contemplados pelo Estado em políticas de cotas, por exemplo, pelo fato de serem negros. Alguns argumentam que, às vezes, os negros utilizariam sua cor de pele para buscar privilégios, identificando nessa atitude ora um certo vitimismo, ora uma certa superioridade e arrogância.

Desigualdades de gênero

Nas desigualdades de gênero, há uma percepção unânime entre os entrevistados de que houve avanços importantes e positivos para as **mulheres** nos últimos anos, mesmo que todos concordem que ainda existe machismo na sociedade. Novamente o argumento da igualdade entre homens e mulheres é muito mobilizado para defender as mulheres, porém esta igualdade está relacionada, principalmente, ao reconhecimento de uma situação equiparável no mercado de trabalho.

Entre o grupo de entrevistados evangélicos, tanto homens como as mulheres falaram sobre a ideia de 'submissão' da mulher que está na Bíblia. Era consensual que homens e mulheres teriam naturezas diferentes e qualidades diferentes, porém, para uma parte dos entrevistados, principalmente mulheres, isso significa que a mulher tem o papel de guiar, ajudar, e aconselhar o homem que seria o executor, mas que é necessário que ambos se respeitem, já outros entrevistados, principalmente homens, entendem que de fato a mulher exerceria um papel secundário em comparação ao homem e lhe deveria obediência.

► Leia também:

- **Nova aposentadoria aprofunda desigualdade entre homens e mulheres**

A grande maioria das pessoas entrevistadas é a favor da **educação sexual** nas escolas para prevenir a gravidez indesejada e doenças de transmissão sexual, mas, com muita frequência, educação sexual confunde-se com sexualizar as crianças e incentivar o sexo precoce. A defesa da educação sexual 'em abstrato' é confrontada com um ataque à educação sexual 'em concreto', existente nas escolas e que teria por objetivo expor crianças a temas inapropriados. Uma educação sexual considerada 'boa' seria aquela baseada exclusivamente em um modelo de relação heteronormativo e monogâmico, e a educação considerada 'ruim' seria aquela que não elegesse tal modelo como paradigmático.

Preconceito contra LGBT

As mulheres jovens, e as menos religiosas, têm mais facilidade para falar sobre a questão **LGBT**, mas para a maioria dos entrevistados que eram homens, evangélicos, e mais velhos, a homossexualidade é respeitada desde que tornada invisível, que se mantenha no âmbito privado. Nesse sentido apareceu com frequência a figura do 'gay comportado' frente ao 'gay exagerado, obsceno, que se exhibe demais'. Esta homossexualidade tida como 'ostensiva' não é aceita porque seria desrespeitosa, agressiva, afrontosa.

► Leia também:

- **141 pessoas morreram por LGBTfobia no Brasil em 2019, diz relatório**

Muitos dos entrevistados dizem que hoje ser gay é uma 'modinha', e que a televisão ou a esquerda incentivam as gerações mais jovens a serem gays. Há um posicionamento geral contra a ideia do politicamente correto, de uma 'vitimização' da população LGBT, argumento muito similar ao utilizado nos

casos dos negros e das mulheres: há um temor de que argumentos identitários passem a pautar as relações sociais. Para a maior parte dos entrevistados, as questões identitárias não devem ter prioridade nem na identificação dos sujeitos e nem em sua sociabilidade, porque do contrário isso poderia aumentar as diferenças entre as pessoas, reduzir às pessoas a tais identidade e contribuir para a divisão do país.

22. Em sua coluna no El País, o jornalista Juan Arias analisou os primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro.

O Brasil está vivendo, segundo analistas nacionais e internacionais, um clima político de pré-nazismo, enquanto a oposição progressista e democrática brasileira parece muda. Somente nos últimos 30 dias, de acordo com reportagem do jornal O Globo, o presidente Jair Bolsonaro proferiu 58 insultos dirigidos a 55 alvos diferentes da sociedade, dos políticos e partidos, das instituições, da imprensa e da cultura.

E à oposição ensimesmada, que pensa que o melhor é deixar que o presidente extremista se desgaste por si mesmo, ele acaba de lhes responder que “quem manda no Brasil” é ele e, mais do que se desfazer, cresce cada dia mais e nem os militares parecem capazes de parar seus desacatos às instituições.

Há quem acredite que o Brasil vive um clima de pré-fascismo, mas os historiadores dos movimentos autoritários preferem analisá-lo à luz do nazismo de Hitler. Lembrem que o fascismo se apresentou no começo como um movimento para modernizar uma Itália empobrecida e fechada ao mundo. De modo que uma figura como Marinetti, autor do movimento futurista, acabou se transformando em um fervoroso seguidor de Mussolini que terminou por arrastar seu país à guerra.

O nazismo foi outra coisa. Foi um movimento de purga para tornar a Alemanha uma raça pura. Assim sobraram todos os diferentes, estrangeiros e indesejados, começando pelos judeus e os portadores de defeitos físicos que prejudicavam a raça. De modo que o nazismo se associa ao lúgubre vocábulo “deportação”, que evoca os trens do horror de homens, mulheres e crianças amontoados como animais a caminho dos campos de extermínio.

Bolsonaro, em seus poucos meses de Governo, já deixou claro que em sua política de extrema direita, autoritária e com contornos nazistas, cabem somente os que se submetem às suas ordens. Todos os outros atrapalham. Para ele, por exemplo, todos os tachados de esquerda seriam os novos judeus que deveriam ser exterminados, começando por retirá-los dos postos que ocupam na administração pública. Seu guru intelectual, Olavo de Carvalho, chegou a dizer que durante a ditadura 30.000 comunistas deveriam ter sido mortos e o presidente não teve uma palavra de repulsa. Ele mesmo já disse durante a campanha eleitoral que com ele as pessoas de esquerda deveriam se exilar ou acabariam na cadeia.

Inimigo dos defensores dos direitos humanos, dos quais o governador do Rio, Witzel, no mais puro espírito bolsonarista, chegou a afirmar que são os culpados pelas mortes violentas nas favelas, Bolsonaro mal suporta os diferentes como os indígenas, os homossexuais, os pacíficos que ousam lhe criticar. Odeia todos aqueles que não pensam como ele e, ao estilo dos melhores ditadores, é inimigo declarado da imprensa e da informação livre.

Somente os valores democráticos, a liberdade de expressão, o respeito às minorias e aos diferentes, principalmente dos mais frágeis, sempre salvaram o mundo das novas barbáries. De modo que o silêncio dos que deveriam defender a democracia pode acabar deixando o caminho aberto aos autoritários, que se sentem ainda mais fortes diante de tais silêncios.

Nunca em muitos anos a imagem do Brasil no mundo esteve tão deteriorada e causando tantas preocupações como com essa presidência de extrema direita que parece um vendaval que está levando pelos ares as melhores essências de um povo que sempre foi amado e respeitado fora de suas fronteiras. Hoje no exterior não existe somente apreensão sobre o destino desse continente brasileiro, há também um medo real de que possa entrar em um túnel antidemocrático e de caça às bruxas que pode condicionar gravemente seu futuro. E já se fala de possíveis sanções ao Brasil por parte da Europa, em relação ao anunciado ataque ao santuário da Amazônia.

O Brasil foi forjado e misturado com o sangue de meio mundo que o fizeram mais rico e livre. Querer ressuscitar das tumbas as essências de morte do nazismo e fascismo, com a vã tentativa da busca da essência e pureza da brasilidade é uma tarefa inútil. Seria a busca de uma pureza que jamais poderá existir em um país tão rico em sua multiplicidade étnica, cultural e religiosa. Seria, além de uma quimera, um crime.

Urge que a oposição democrática e progressista brasileira desperte para colocar um freio nessa loucura que estamos vivendo e que os psicanalistas confirmam que está criando tantas vítimas de depressão ao sentirem-se esmagadas por um clima de medo e de quebra de valores que a nova força política realiza impunemente. Que a oposição se enrole em suas pequenezas partidárias e lute para ver quem vai liderar a oposição em um momento tão grave, além de mesquinho e perigoso é pueril e provinciano.

Há momentos na história de um país em que se os que deveriam defender os princípios da liberdade e da igualdade cruzam os braços diante da chegada da tirania, incapazes até de denunciá-la, amanhã pode ser tarde demais. E então de nada servirá chorar diante dos túmulos dos inocentes.

23. Bolsonaro não tem que ser “presidente banana” nem tampouco imperador

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/17/opinion/1566057796_977046.html

Confundir as atribuições de um presidente no jogo democrático com alguém que pode fazer e desfazer a seu arbítrio é revelar contornos autoritários que pertencem a países que ainda não aceitaram a divisão e a independência de poderes

JUAN ARIAS - 17 AGO 2019 - 19:56 CEST

Presidente Jair Bolsonaro em evento no Palácio do Planalto. EVARISTO SA AFP

O presidente [Jair Messias Bolsonaro](#) começou a mostrar as garras para dizer que quem manda no Brasil é ele e não quer ser um “presidente banana”. Acusado durante o primeiro ano de mandato de parecer incapaz de governar um país tão complexo e difícil como o Brasil, ele afirmou diante de um grupo de jornalistas: "Aqui quem manda sou eu" e acompanhou sua declaração com a expressão vulgar "p ..

A nova fúria do presidente com a imprensa ocorreu com a polêmica criada por ele com a mudança do superintendente da Polícia Federal do Estado do Rio de Janeiro, Ricardo Saadi –aliás, esse é o ramo da polícia que tem a incumbência de investigar [as suspeitas que rondam o filho do presidente](#), o senador Flávio Bolsonaro. A polícia federal no Estado, que é uma instituição com autonomia para nomear seus dirigentes, fez saber que quem muda e anuncia um novo chefe é ela junto com o ministro da Justiça, no caso, [Sérgio Moro](#). Bolsonaro, que até já havia anunciado um nome para substituir Saadi, agora diz que foi uma "sugestão".

Bolsonaro tem razão ao dizer que foi eleito nas urnas e, portanto, em não querer aparecer como “presidente banana”, pois, além do mais, a Presidência da República no Brasil acumula muito poder de decisão. No entanto, esta presidência também não pode ser confundida com o poder absoluto. Não se trata de um imperador ou de um ditador. O Brasil é uma democracia e nela existem instituições independentes com poderes próprios, que o presidente deve respeitar sob pena de aparecer como um tirano.

Confundir as atribuições de um presidente da República no jogo democrático com alguém que pode fazer e desfazer a seu arbítrio é revelar contornos autoritários que pertencem a países que ainda não aceitaram a divisão e a independência de poderes ou que as pisotearam com as botas de golpes militares.

Não é bom que o novo presidente, que já defendeu a ditadura e a tortura, atue para confundir seu poder presidencial prescindindo da existência de uma Constituição que sancionou a divisão de poderes, que é o que mantém o equilíbrio no Governo de um país e protege as liberdades e a paz, ao mesmo tempo que deve saber estar atento aos desejos e aspirações daqueles que o elegeram. E fizeram isso não para lhe conceder um poder absoluto, mas para que o compartilhe com as demais instituições, sempre sob a vigilância dos que lhe entregaram com o voto aquele poder.

E isso serve, é bom lembrar, não só para o presidente da República, que é o maior garantidor da Constituição, mas para os outros dois poderes, o Legislativo e o Judiciário. Nenhum deles pode atribuir-se todo o poder sem trair a essência da democracia.

Se o presidente da República não pode se dar ao luxo de dizer, sem mais, "aqui quem manda sou eu" e basta, tampouco podem fazê-lo os outros dois poderes, e menos ainda o [Supremo Tribunal Federal](#), que tem a delicada missão de ser garantidor da Constituição, a única razão para a sua existência. Como o presidente da República não pode, o STF também não pode ser um árbitro universal do país ou agir como se estivesse mais a serviço daqueles que os elegeram do que de toda a sociedade, do Governo e da oposição.

É grave, às vezes, ouvir um magistrado da alta corte dizer que não precisa escutar o clamor das ruas, como se tivesse que prestar contas só aos que o colocaram ali, ou a uma Constituição asséptica sobre a qual nada têm o que dizer também aqueles para quem foi sobretudo promulgada, como é a sociedade sem rótulos políticos. É grave e perigoso que apareça em domínio público a qual força política cada magistrado pertence. E mesmo a que político em particular a maioria dos magistrados pertence, algo que não existe nos tribunais superiores dos países onde a Constituição é respeitada.

Em muitos casos, nesses países até os votos de cada magistrado são secretos. Uma vez eleitos, eles estão comprometidos com toda a sociedade. Agora, no Brasil, gostariam também de rotulá-los de acordo com sua fé religiosa. Bolsonaro já declarou que quer colocar no Supremo um magistrado “terrivelmente evangélico”.

Todas as desculpas às vezes são boas para que os responsáveis por orientar a sociedade defendam mais seus direitos e liberdades. Que pensem mais em seus próprios interesses do que nos da comunidade. E são feitos malabarismos para justificar certas decisões dos que ocupam o poder, chegando até a se valer da língua portuguesa. Foi isso que fez desta vez o presidente Bolsonaro, que, pressionado pelos jornalistas para que explicasse as razões que o levaram a esta nova guerra, desta vez com a instituição policial, deu um exemplo infantil que justificaria que a imprensa não tinha entendido sua conduta. A frase "se separou por amor", disse Bolsonaro, tem dupla interpretação, como na afirmação: "Em um ato impensado mata o filho o pai amado". Quem mata quem? O presidente se pergunta e acrescenta que a culpada "é a língua portuguesa".

Curioso e significativo, Bolsonaro escolher um jogo de palavras com a frase "matar". Poderia ter feito isso com "salvar". Sempre a morte pela frente!

Quando um presidente chega a acusar a própria língua para justificar sua conduta, ainda estamos longe de viver e com prazer em um espaço de democracia com alegria e felicidade, e não como um peso do qual se pretende libertar. No final, para os responsáveis pela sociedade é mais fácil o "aqui mando eu!", do que o libertador: “somos todos senhores e responsáveis por cada um que sofre ou é julgado injustamente”.

24. Quem vai parar Jair Bolsonaro?

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/02/politica/1564769207_490988.html

Presidente vai da violência retórica à ingerência em instituições em poucas semanas. Supremo volta do recesso e acena que fará contrapeso junto com o Legislativo, liderado por Rodrigo Maia
EL PAIS – AGO.

FELIPE BETIM - SÃO PAULO - 06 AGO 2019 - 04:37

[Jair Bolsonaro](#) (PSL) segue a cartilha de Donald Trump e [aposta na escalada da violência retórica](#) dirigida contra quem considera ser seu adversário. Mas não só isso. Nas últimas semanas de recesso do [Congresso Nacional](#) e do [Supremo Tribunal Federal](#), o presidente da República também aproveitou para desautorizar e interferir diretamente em instituições de Estado. Entre os alvos mais recentes está a [Comissão sobre Mortos e Desaparecidos \(CEMDP\)](#) da ditadura militar, cujo colegiado foi substituído na última quinta-feira por bolsonaristas do PSL que defendem o regime autoritário. A mudança ocorreu na mesma semana em que o presidente atacou diretamente o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz. Seu pai, Fernando Santa Cruz, foi preso pela ditadura militar em 1974 e desapareceu. "Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade", afirmou o mandatário na última segunda-feira, provocando críticas tanto de lideranças políticas da esquerda como da direita. Ele desautorizou publicamente o relatório da Comissão Nacional da Verdade e erroneamente garantiu que ele havia sido morto pelo grupo Ação Popular, do qual sequer fazia parte.

O jurista Miguel Reale Júnior, ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique Cardoso, presidente da CEMDP durante seis anos e um dos autores do pedido de [impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff \(PT\)](#), acredita que Bolsonaro "está beirando" ao menos uma das hipóteses legais para a abertura de outro processo de destituição do presidente. [A lei](#), considerada por especialistas [muito abrangente e de interpretação subjetiva](#), determina que "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo" é um dos crimes de responsabilidade pelos quais um presidente pode ser afastado. **"O que está havendo é uma somatória de fatos dessa natureza que atingem a sensibilidade das pessoas e os valores fundamentais da Constituição.** A partir do momento que ele é a favor do trabalho infantil, quer reduzir a punição para o trabalho escravo ou que os presos tenham trabalho forçado, Bolsonaro vai contra os valores fundamentais da República. Isso é quebra o decoro", opina Reale Júnior.



- “O plano de Bolsonaro é manter domínio sobre 30% do eleitorado e se tornar o Lula de direita”

Ao mesmo tempo que acredita que a base jurídica para um impeachment virá com a somatória de "provocações e ofensas", o advogado, filiado ao PSDB até 2017, afirma que falta um elemento central para que um processo vá adiante: "Ainda não há condições políticas seja na sociedade, seja no Congresso. Ele precisa se desgastar mais. Isso pode ocorrer na medida que houver um acúmulo". Mas ele se mostra cético: "Acho que as instituições e a sociedade estão muito caladas. As manifestações acontecem nas redes, onde não existe sociedade civil. O que existe são desconhecidos e anônimos que colocam suas idiosincrasias. A sociedade precisa estar alerta para se unir e se juntar contra esse processo que eu chamo de fascismo cultural".

O advogado Pedro Dallari, professor de Direito Internacional da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador da [Comissão Nacional da Verdade \(CNV\)](#), se mostra mais otimista. Apesar de dizer que é "um paradoxo" o fato de que "uma democracia em consolidação ter um presidente que nega suas conquistas", ele diz não ter receios "do ponto de vista da cidadania e das liberdades". Isso porque, para ele, Bolsonaro se equivoca ao considerar que sua base de eleitores congrega valores de ultradireita. "Um conjunto de circunstâncias fez com que Bolsonaro acabasse capitalizando uma posição da sociedade contra a corrupção, contra o desemprego, contra a precariedade dos serviços públicos, principalmente de segurança, e isso fulminou as candidaturas do campo social-democrata, incluindo as do PT e PSDB", argumenta Dallari, que foi filiado ao PT até meados dos anos 90. "Mas acho que ele vem perdendo progressivamente o apoio de segmentos, inclusive da classe média conservadora que dá importância para temas como meio ambiente ou direitos da população LGBT", acrescenta.

A última pesquisa Datafolha, divulgada na sexta-feira, 2 de agosto, parece dar respaldo a afirmação do jurista: [86% dos entrevistados se disseram contra a](#)

[garimpagem de terras indígenas](#), algo que Bolsonaro vem prometendo legalizar. Uma maioria expressiva, de mais de 70%, já havia se manifestado também contra a liberação do porte de armas. "Do ponto de vista dos direitos civis, acho que a resistência social e institucional, seja pelo Legislativo ou pelo Judiciário, vem sendo efetiva. Essa radicalização retórica talvez seja em razão disso", argumenta. Ele cita como exemplo a queda do decreto presidencial que liberava o porte de armas para vários setores da sociedade. "Não recordo de um decreto ser derrubado dessa forma no Congresso, obrigando-o a recuar", argumenta.

Há momentos em que Bolsonaro parece testar as instituições até o limite. O presidente havia editado em janeiro uma Medida Provisória (MP) que transferia para o Ministério da Agricultura a competência para demarcar terras indígenas e quilombolas. Em maio, o Congresso Nacional devolveu a competência para o Ministério da Justiça, que também voltou a abrigar a [Fundação Nacional do Índio \(Funai\)](#). Em 19 de junho, o presidente decidiu enfrentar a decisão do Legislativo e editou uma nova MP para reverter a ação, avisando que "quem manda sou eu". No dia 24, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso concedeu liminar suspendendo a MP. Na última quinta, o caso foi para o plenário do Supremo, que decidiu por unanimidade manter a medida suspensa. Em seu discurso, o decano Celso de Mello afirmou que a Corte deveria fazer o seu papel de contrapeso, em claro recado ao chefe do Poder Executivo. Após a decisão do STF, o mandatário recuou: [disse ter sido uma "falha" de seu Governo](#), e dele pessoalmente, a reedição de uma segunda medida provisória insistindo em deixar a Funai sob os comandos dos ruralistas. "Teve uma falha nossa. Eu já adverti a minha assessoria. A gente não poderia no mesmo ano ter que fazer uma MP de uma ação já decidida. Houve falha nossa. A falha é minha, né? É minha porque eu assinei. Considero a decisão [do STF] acertada, sem problema nenhum", afirmou Bolsonaro, na sexta.

"O STF tem tido um ativismo judicial, às vezes positivo, às vezes negativo, que muitas vezes transborda os limites da ação judicial, criando normas e soluções. Mas neste momento o Supremo deve ter um papel muito importante de poder moderador", afirma Reale Júnior, que concorda com Dallari sobre o apoio relativo que Bolsonaro ainda possui em sua base.

Além do impeachment, Reale Júnior aponta como possibilidade que o presidente seja denunciado por um crime comum, como pelo delito de abuso de autoridade. Algo evidente, segundo o jurista, quando Bolsonaro ameaçou o jornalista Glenn Greenwald de ser preso, também na última semana. Neste caso, caberia ao Supremo aceitar a denúncia e pedir autorização para a Câmara dos Deputados para seguir com o julgamento. "Ele estaria sendo processado como Temer foi e responderia por crimes praticados no exercício da Presidência. Porque não é um ato que ele faz como pessoa física, mas na condição de presidente da República", acrescenta.

Outro alvo recente da ira de Bolsonaro foi o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Seu diretor, Ricardo Galvão, [foi exonerado na última sexta-feira após uma série de desentendimentos públicos](#) com o presidente. O Governo vem questionando os dados sobre o cada vez maior desmatamento da Amazônia e [anunciou que contratará uma firma privada para fazer a medição](#). Outros membros do Governo, como o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles e o general Augusto Heleno, também vem expressando suas discordâncias com a divulgação de dados de desmatamento que consideram desfavoráveis para a imagem do Brasil ou até falso. O risco é que o desmatamento se torne para o bolsonarismo o que a inflação, maquiada durante anos na Argentina, se tornou para o kirchnerismo. "Meu único receio é com a área ambiental, porque gera padrões irreversíveis. A acentuação do desmatamento como vem sendo feita, o descaso com medidas contra o aquecimento global, a destruição da malha normativa de proteção dos índios... São males que serão irreversíveis", afirma Dallari.

25. BRASIL: Direitos Sociais

Ivanisa Teitelroit Martins FB 20 ago

Pela primeira vez na história, *o Brasil foi incluído na lista dos dez piores países do mundo para a classe trabalhadora pelo Índice Global de Direitos,* divulgado na semana passada durante a *108ª Conferência Internacional do Trabalho, ligada à ONU.* O alerta foi apresentado durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) nesta segunda-feira (24) pelo representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait), Rogerio Silva.

— O Brasil faz parte dos dez piores países do mundo para se trabalhar em 2019. Pela primeira vez o Brasil entrou nessa lista, junto com o Zimbábue. O Índice Global de Direitos incluiu o Brasil por ter considerado que a reforma trabalhista [Lei 13.467, de 2017] impôs um arcabouço jurídico regressivo aos trabalhadores, baseado na retirada de direitos. A reforma consolidou um quadro de desproteção ao trabalho, repressão violenta a greves e protestos, além da intimidação de lideranças — detalhou Silva.

Também contribuíram no rebaixamento do Brasil os esforços governamentais visando asfixiar economicamente os sindicatos, com medidas como o fim das contribuições obrigatórias, levando muitos a fecharem as portas, diminuindo o poder de negociação dos trabalhadores, acrescentou o sindicalista.

Além de Brasil e Zimbábue, também estão na lista dos dez piores países do mundo para a classe trabalhadora Arábia Saudita, Bangladesh, Filipinas, Guatemala, Cazaquistão, Argélia, Colômbia e Turquia.

Precarização e desemprego
Silva afirmou que o Brasil passou a ser monitorado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), devido a denúncias de que estaria descumprindo acordos internacionais trabalhistas assinados no passado. Ele e o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), também criticaram o fato de a reforma trabalhista ter sido feita sob o argumento de que geraria 6 milhões de novos empregos. Após quase 2 anos de vigência, o que se vê foi o aumento no número de desempregados de 12 milhões para mais de 14 milhões de pessoas, afirmaram.

O representante do Sinait criticou ainda o fato de o governo federal estar neste momento estudando a revogação de 90% das normas regulamentadoras de segurança do trabalho (as NRs). Silva lembrou que essas normas foram todas elaboradas por comissões tripartite, das quais a classe empresarial sempre fez parte, junto com representantes de sindicatos e do próprio governo.

Desigualdade

A advogada trabalhista Eidy Lian Cabeza, representante do Movimento da Advocacia Trabalhista Independente (Mati), apresentou dados de um estudo divulgado recentemente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que, no entender dela, indicam que a reforma trabalhista e outras medidas com diretriz semelhante aumentam a desigualdade social.

— O Instituto Brasileiro de Economia [Ibre, ligado à FGV] demonstra que nos últimos anos, a despeito da profunda crise, os 10% mais ricos passaram de 49% para 52% na renda nacional. Por outro lado, os 50% mais pobres viram sua parcela diminuir de 5,74% para apenas 3,5% no primeiro trimestre de 2019. O número de famílias endividadas já chega a 63,4% no país, um aumento de 4,4% em relação a maio do ano passado. E para piorar, o índice de Gini [medição internacionalmente aceita sobre desigualdade social], que vinha caindo desde a década de 1990, voltou a subir em 2016 e atingiu seu pior índice em março deste ano — lamentou Eidy.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Antonio Colussi, informou que a entidade mantém gestões junto ao STF visando revogar diversos artigos da reforma trabalhista. Ele afirmou que a primeira vitória foi a proibição de grávidas poderem trabalhar em condições insalubres, derrubada no mês passado. Outro ponto prioritário é derrubar o que chama de “tarifação do dano moral”.

— No caso do maior acidente de trabalho da nossa história, o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, podemos acabar tendo a diferenciação da

valorização da vida humana. Quer dizer, o trabalhador que ganha menos vale menos que o trabalhador que ganha mais. Isso é uma flagrante inconstitucionalidade — disse.

Outro participante da audiência, o subprocurador-geral do Trabalho Cristiano Paixão, também considera inconstitucional a MP 873/2019, que impede os sindicatos de estabelecerem o desconto prévio das contribuições em folha de pagamento, mediante autorização. A MP exige que o recolhimento se dê apenas por boleto bancário, o que contraria o princípio da liberdade sindical, segundo Paixão. Para ele, a medida visa “matar os sindicatos de inanição, asfixiando-os economicamente ao extremo”, ferindo acordos internacionais assinados pelo Brasil.

Reforma da Previdência
Na avaliação de Paim, tanto a reforma trabalhista quanto a proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019, ainda em análise na Câmara dos Deputados) têm o objetivo, entre outros, de prejudicar a capacidade de organização da classe trabalhadora. Ele disse não compreender “o porquê da perseguição aos sindicatos” e acrescentou que nos países de capitalismo avançado, como Alemanha, França e Estados Unidos, as organizações sindicais têm grande poder de intervir em políticas públicas para o setor e mediar negociações.

O senador também criticou a argumentação do governo de que as reformas são necessárias para combater deficits e crises fiscais. Paim afirmou que em 2017 o próprio governo perdoou uma dívida de R\$ 25 bilhões do Banco Itaú e que nada faz visando diminuir apropriações indébitas de pelo menos R\$ 30 bilhões por ano na Previdência, além de outros R\$ 400 bilhões por ano de sonegações e elisões fiscais em geral, praticadas por grandes grupos econômicos.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

28. Nas entrelinhas: Moedas de troca

Publicado em 21/08/2019 - 08:58 Luiz Carlos Azedo

<http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-moedas-de-troca/?fbclid=IwAR1spgP-FpXlzuCXstAWDgHivMy5HgnZm9MjJDSPFKKuPOZLcUp6VAYIM>

Quem tem três propostas de reforma tributária, a rigor, não tem nenhuma. É preciso unificar os projetos e construir massa crítica para sua aprovação, o que não será fácil”

A aprovação da reforma da Previdência pelo Senado é uma negociação muito mais complexa do que o ministro da Economia, Paulo Guedes, imaginava. Sua conversa com os senadores ontem, no gabinete do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), mostrou que a reforma passa por um entendimento com os governadores, entre os quais os do Nordeste, que estão em rota de colisão com o presidente Bolsonaro por razões políticas e eleitorais, e também do Norte do país, que se queixam da posição do governo em relação ao Fundo da Amazônia.

Ao contrário do que acontece na Câmara, onde a representação dos estados leva em conta o tamanho dos respectivos colégios eleitorais, no Senado, todos os estados têm três senadores, não importa o número de eleitores. Além disso, é uma Casa de voto majoritário, que passou por grande renovação, mas que

ainda tem um conjunto de lideranças com larga experiência política e administrativa, por serem ex-governadores e ex-ministros. O relator da reforma da Previdência, por exemplo, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), é um dos veteranos da Casa.

Ontem, para abrir caminho à aprovação da reforma da Previdência, Guedes estimou em R\$ 500 bilhões a transferência de recursos federais para os estados e municípios, em 15 anos, em decorrência de um pacote de projetos do que o governo chama de novo pacto federativo. O governo promete distribuição dos recursos do leilão do excedente da chamada cessão onerosa do pré-sal, Fundo Social, desvinculação do Orçamento, mudanças no Fundeb (Fundo de Educação Básica) e Fundos Constitucionais, além do plano de socorro a estados (Plano de Equilíbrio Fiscal — PEF), que já foi anunciado pela equipe econômica.

Segundo Guedes, o presidente Jair Bolsonaro pretende descentralizar as receitas, elevando os repasses da União a estados e municípios. Na conversa com os senadores, o ministro da Economia vinculou as transferências a estados e municípios aos respectivos ajustes fiscais, mas não explicitou os critérios a serem adotados. Quatro ou cinco PECS (Projetos de Emenda à Constituição) serão apresentados pelo governo.

Três

projetos

Trocando em miúdos, o novo pacto federativo passa por uma reforma tributária que não deslanchou até hoje. Em princípio, Guedes, Alcolumbre, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), têm o objetivo de aprová-la ainda esse ano, mas não há acordo quanto ao mérito. No Senado, o texto em discussão é o do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR); na Câmara, a proposta em exame é do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), baseada em projeto do economista Bernardo Appy; e, no governo, o secretário da Receita, Marcos Contra, prepara uma terceira proposta.

Quem tem três propostas de reforma tributária, a rigor, não tem nenhuma. É preciso unificar os projetos e construir massa crítica para sua aprovação, o que não será fácil. O nó górdio da questão tributária é a falta de moeda de troca para negociação entre os entes federados. A atual estrutura tributária foi construída a partir de um pacto na Constituinte, na qual tudo estava em negociação. Agora, o contexto é completamente diferente, e o risco de a reforma aumentar a carga tributária do país, em vez de reduzi-la, é real.

Um dos maiores críticos da reforma é o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, que já comparou as propostas de mudanças a um “elefante em loja de louças”. Na verdade, há um choque entre duas correntes de tributaristas no país: os que propõem uma mudança disruptiva, tendência apoiada pelo governo, e os que defendem mudanças graduais. Os riscos existentes são a exacerbação de conflitos de interesses, a perda de receitas e a insegurança jurídica.

Um dos temas mais debatidos é o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cuja eficácia está sendo questionada em razão da economia digital, pois o imposto foi concebido com base numa economia industrial. Entretanto, há certo consenso de que a atual estrutura tributária necessita de medidas para acabar com a guerra fiscal, liquidar os créditos acumulados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), reduzir alíquotas e extinguir os regimes especiais.

27. Nas entrelinhas: De Versalhes a Brasília

<http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-de-versalhes-a-brasilgia/?fbclid=IwAR3vv8JhbcqP2-9dpFPZBAEPaBbyt2Dv2UaEWgowCBqiremKAu0sWsnKTIs>

Publicado em 20/08/2019 - 09:10 Luiz Carlos Azedo

A capital federal se transformou numa grande metrópole, onde o povo se mobiliza para protestar quando deseja. Entretanto, aprisiona seus governantes numa “jaula de cristal”

O Palácio de Versalhes tornou-se o símbolo do absolutismo francês a partir do momento em que Luís XIV, em 1661, resolveu transformar a residência de caça de seu falecido pai, Luís XIII, na sede da Corte francesa, logo após a morte do famoso cardeal Mazarin, até então a eminência parda do seu governo no Louvre. A reforma projetada pelo arquiteto Louis Le Vau resultou no gigantesco e luxuoso palácio que sediou a administração da França e abrigou as festas da nobreza de 1682 a 1789, ou seja, até a Revolução Francesa.

A Galeria dos Espelhos, o Grande Trianon, as alas norte e sul do palácio, a Capela Real, e o imenso jardim de autoria do paisagista André Le Notre, com seu Grande Canal, foram projetados para demonstrar o poder do autodenominado “Rei Sol”. É de Luís XIV a máxima que sintetiza o absolutismo: “L’Etat c’est moi” (O Estado sou eu). A construção de Versalhes influenciou a arquitetura da época, levando outros monarcas a construir também grandes palácios. O Palácio de Inverno, em São Petersburgo, de Catarina, a Grande, projetado por Bartolomeo Rastrelli, com suas paredes em verde e branco, estilo rococó, possui 1786 portas e 1945 janelas.

Os palácios de Brasília não se parecem nem um pouco com o de Versalhes ou o de Inverno, embora o traçado de Brasília, com suas grandes avenidas, tenha a ver com a construção de São Petersburgo, a primeira grande cidade planejada do mundo, por Pedro, o Grande, e a reforma urbana de Paris, do barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito da cidade durante o governo de Napoleão III, sobrinho de Napoleão Bonaparte. Ambas são símbolos da modernidade e tiveram o objetivo de melhorar as condições sanitárias, facilitar o deslocamento, aumentar a segurança e manter o povo à distância do poder. Também influenciaram as reformas urbanas das cidades brasileiras no começo do século passado, sobretudo as de São Paulo e do Rio de Janeiro, e o traçado do Plano Piloto de Brasília.

Sede administrativa do governo federal, Brasília se transformou numa grande metrópole, onde o povo se mobiliza para protestar quando deseja. Entretanto, também aprisiona seus governantes numa “jaula de cristal”, na qual o presidente da República se vê cercado de colaboradores que filtram todas as informações, enquanto do lado de fora a sociedade acompanha o que acontece atrás dos vidros de seus palácios. A imprensa torna-se incômoda por causa disso, porque seu esporte favorito é revelar o que os governantes não querem que a sociedade fique sabendo. Mesmo com o advento das redes sociais, o enclausuramento do governante persiste, porque a forma como as pessoas se articulam na internet é por afinidades.

Burocracia

Em sua “jaula de cristal”, o presidente Jair Bolsonaro está descobrindo o enorme poder do Estado brasileiro e se propõe a exercê-lo de forma, digamos, monocrática. Como alguém já disse, esse poder é monstruoso, antecedeu a formação na nação e, por causa da dominação colonial, da monarquia e do

positivismo republicano, a relação do Estado com a sociedade sempre teve um caráter vertical, mesmo na democracia. Todas as grandes reformas do Estado, diga-se de passagem, foram feitas a partir de rupturas autoritárias. É aí que está o perigo. Os períodos de centralização política fizeram da União o centro absoluto do poder; a federação, que é a característica do nosso regime republicano, sempre acabou sufocada pela concentração de recursos no governo federal e sua presença normativa e coercitiva na vida dos estados, mesmo quando não presta serviços relevantes em troca do que arrecada.

No momento, além do contencioso do governo federal com os estados do Nordeste, por razões políticas e eleitorais, emerge um grave conflito entre o presidente Jair Bolsonaro e a alta burocracia federal, que dispõe de órgãos técnicos e autarquias que são considerados “centros de excelência” da administração pública, inclusive internacionalmente. Esse conflito está se generalizando, começou no Itamaraty e nas universidades, passou pelo IBGE, pelo Ibama, pela Fiocruz e pelo INPE, e agora chegou à Polícia Federal e à Receita Federal. Envolve profissionais altamente qualificados, em alguns casos, de carreiras de Estado com prerrogativas constitucionais.

A tensão entre a burocracia, que zela pela legitimidade dos meios, e os políticos, que se movem pela ética das convicções, faz parte do jogo democrático. Dela resulta uma combinação na qual o pragmatismo político e a ética da responsabilidade fazem parceria. Quando o presidente Jair Bolsonaro, ao descobrir o poder que detém como chefe do Executivo, começa a atropelar os órgãos de controle do Estado, como a Receita Federal e a Polícia Federal, para impor sua vontade política, atua para solapar a sua própria legitimidade.

Não foi à toa que a Constituição de 1988 tipificou os crimes de responsabilidade. O presidente da República não é um Luís XIV, nem Brasília é Versalhes.

28. Nas entrelinhas: A nova privatização

<http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-a-nova-privatizacao/?fbclid=IwAR2Eiiw1ldbB-JZ9fKNYS3Qr52fvPbcGaRL45LP91WMF6QD40GO6WaGBiSk>

Publicado em 22/08/2019 - 07:43 Luiz Carlos Azedo

“A ‘malaise’ das estatais não é só consequência da incompetência na gestão, mas do fato de que desvia o foco dos partidos de sua principal missão: promover o bem comum”

O governo anunciou ontem seu programa de privatizações, no qual foram incluídas nove estatais, após reunião da secretária de Parcerias Público-Privadas, Martha Seiller, e do secretário de Desestatização, Salim Mattar, com o presidente Jair Bolsonaro. Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) e Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) serão vendidas. Ao apresentar o programa, Mattar revelou a intenção de promover a maior queima de

ativos da União possível, privatizando creches, presídios e parques, mas não explicitou qual será a forma de privatização. Caberá ao BNDES elaborar o programa, examinando as condições de mercado e as possibilidades reais na atual conjuntura econômica. Há privatizações e privatizações. Os argumentos a favor da venda de ativos são verdadeiros. O país não tem como financiar investimentos na modernização de nossa infraestrutura sem a venda de ativos e a entrega de serviços à exploração das empresas privadas. Além disso, a maioria das empresas estatais esteve a serviço dos partidos políticos, que miram seus próprios interesses e não os da sociedade. O problema é como isso será feito.

A narrativa ultraliberal do governo, ao apresentar o programa, tende a reproduzir a velha polarização esquerda versus direita, ou seja, o embate entre um projeto nacional desenvolvimentista e o modelo neoliberal. É a mesma narrativa dos anos 1980, quando Margaret Thatcher, a primeira-ministra conservadora, reformou a economia britânica. Essa polêmica parecia ultrapassada depois das privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo assim pautou as eleições presidenciais até 2014. É muito provável que seja um assunto vencido, como foi o caso da reforma da Previdência, mas seu marco regulatório, ainda não. Esse é o debate aberto na comissão especial da Câmara que discutirá o modelo de concessões, parcerias público-privadas e privatizações, cujo relator é o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Governança

O Estado de bem-estar social e o sistema político representativo entraram em crise a partir da terceira revolução industrial, já estamos na quarta. O problema é que isso pôs em risco a democracia. A ligação entre liberalismo econômico e democracia liberal nunca foi automática. Muito menos a globalização é sinônimo de avanço da democracia. A ideia de que a democracia é um credo universal associado ao capitalismo também é falsa. Há uma corrida mundial entre o Ocidente e o Oriente para reinventar o Estado, cujo objetivo é modernizar a economia e não necessariamente aperfeiçoar a democracia. Não se pode dizer, por exemplo, que os Estados Unidos (uma democracia liberal) estão se saindo melhor nessa corrida do que a China (uma ditadura comunista).

A “malaise” das estatais não é só consequência da incompetência dos políticos na sua gestão, mas do fato de que a administração de empresas e de serviços desvia o foco dos partidos de sua principal missão: promover o bem comum. O resto é consequência. A gestão da nossa riqueza pública estará no centro desse debate sobre as privatizações. A esquerda demoniza o uso de mecanismos de mercado para melhorar a situação do Estado. A direita demoniza o uso do Estado para lidar com as falhas do mercado. Enquanto isso, as empresas de tecnologia estão reinventando o mundo.

A solução adotada pela Suécia é um “case” das privatizações: retirar a governança dos ativos públicos das mãos dos políticos e passá-los à gestão de profissionais gabaritados. A criação de holdings para

administrar os ativos públicos é uma experiência bem-sucedida em países como Finlândia, Áustria, Reino Unido e Alemanha. A Suécia adotou um modelo fragmentado, no qual os donos originais mantiveram seus ativos em várias holdings; a Finlândia optou por centralizar os ativos numa só holding. Em ambos os casos, a gestão foi confiada a profissionais de mercado, sem interferência política, com um modelo de gestão semelhante aos modelos dos bancos centrais e dos fundos de pensão.

O caso do Deutsche Bundespost da Alemanha é dos mais emblemáticos. Em 1995, a empresa foi transformada em três sociedades anônimas. Hoje, o Deutsche Post atua em 220 países, emprega 480 mil pessoas e movimentava 55 bilhões de euros. A nossa riqueza pública é muito maior do que a dívida pública; administrá-la melhor poderia ajudar a resolver o problema do endividamento, ao mesmo tempo em que financiaria o crescimento econômico. O mais importante não é necessariamente a propriedade, é o rendimento dos ativos públicos. Melhorar a gestão desses recursos é fundamental para o equilíbrio fiscal. Mais ainda para combater a corrupção e fortalecer a democracia.

Excelente matéria do Rubens, tod@s devem ler!!

29. TEORIA CONSPIRATÓRIA INSPIRA BOLSONARO NA QUESTÃO AMAZÔNICA

Rubens Valente, na FSP 23 ago

Ecoando o lema 'integrar para não entregar', dos tempos da ditadura, Bolsonaro baseia-se em teoria conspiratória difundida em setores militares para encampar ocupação predatória da Amazônia, que seria cobiçada por outros países.

A teoria conspiratória da internacionalização da Amazônia foi construída a partir de suspeitas infundadas, frases de autoridades estrangeiras pinçadas fora do contexto em que foram ditas e supostos estudos que nada comprovam.

Em resumo, ela afirma que ONGs e indígenas pretendem, em conluio com países estrangeiros, dividir a região por meio da independência de algumas de suas áreas. Os ataques externos "ao Brasil", ou seja, ao governo brasileiro, esconderiam um plano secreto internacional para tomar essas porções de terra exuberantes e ricas.

A partir dos anos 1980, essas ideias passaram a ser difundidas com mais intensidade em círculos militares, por meio de livros como a "A Farsa lanomâmi" (ed. Biblioteca do Exército, 1995), do oficial paraquedista Carlos Alberto Menna Barreto (1929-1995). Na capa do volume, um homem branco de olhos azuis se esconde atrás de uma máscara que imita o rosto de um indígena.

Tal ficção encontra solo fértil no governo do presidente Jair Bolsonaro, capitão reformado, e tem pautado a relação do governo brasileiro com a Amazônia e países estrangeiros que incentivam projetos de preservação da região.

No dia 11, o presidente declarou que a Alemanha não iria mais "comprar a Amazônia" e acusou outras nações de terem interesse "em se apoderar do Brasil". Ele abriu mão de R\$ 155 milhões do governo alemão em projetos para a Amazônia.

No mesmo dia, o ex-comandante do Exército e hoje assessor no influente GSI (Gabinete de Segurança Institucional), o general reformado Eduardo Villas Bôas, escreveu em uma rede social que o Brasil é alvo de “ferramentas do moderno capitalismo” exercidas pelas críticas à política ambiental, mas que estava deixando de se submeter “a pressões” estrangeiras.

Quatro dias depois, Bolsonaro voltou ao tema numa rede social. Escreveu que “o mundo” o está acusando falsamente de destruir a Amazônia. “Soberania da região e suas riquezas é o que, verdadeiramente, está em jogo”, completou, em seu costumeiro tom misterioso.

Associações entre proteção ambiental e obscuros planos secretos de dominação das nações mais desenvolvidas podem ser encontradas em manifestações de militares brasileiros desde a década de 1960. Esses escritos também apontam o antídoto —o ponto fundamental da política de Bolsonaro: “ocupar” e “integrar” a Amazônia.

O ruído produzido por Bolsonaro e pelos ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Augusto Heleno (GSI) nas últimas semanas expressa uma arraigada orientação militar que vem, pouco a pouco, vindo à tona: o governo Bolsonaro realmente acredita que o país tem o direito de ampliar o desmatamento e a ocupação da região, onde for possível.

Nos anos 1960, o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), um dos artífices do golpe de 1964 e influenciador de toda uma geração de militares, escreveu em sua “Geopolítica do Brasil” que a Amazônia era um “deserto verde” e que a função do governo era “incorporá-la realmente à nação”. Ele resumiu sua “ideia de manobra geopolítica para integração” em três linhas de ação, incluindo “inundar de civilização a hileia amazônica [termo usado no século 19 para designar a região], a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste”.

A linha de ação foi confirmada em 1969, quando o CSN (Conselho de Segurança Nacional), formado pelo presidente da República e pelos ministros militares e civis da ditadura militar (1964-1985), editou o ultrassecreto “Conceito Estratégico Nacional”.

O documento, que permaneceu sigiloso até 2006, estabeleceu como meta do governo o “desenvolvimento de uma política ordenada de expansão e distribuição espacial da população, orientada e dirigida para a exploração do potencial de recursos naturais do país, em setores prioritários ou em regiões selecionadas, bem como para a ocupação racional e efetiva do território nacional”.

Obras amplamente adotadas pelas escolas militares, como “A Geopolítica da Pan-Amazônia” (1980), do general de divisão Carlos de Meira Mattos (1913-2007), defendem a ocupação da Amazônia como um objetivo estratégico militar. Em 1966, o primeiro presidente na ditadura, Castello Branco (1897-1967), considerou a criação de “condições para o povoamento” da região nada menos que “um imperativo da própria segurança nacional”.

Num regime sem um Ministério Público fiscalizador e sem imprensa livre, o governo implantou diversos programas de incentivo ao deslocamento de colonos do Sul para a Amazônia, expandindo o desmatamento, expulsando e transferindo grupos indígenas praticamente sem controle.

Linhas de crédito especiais foram abertas em bancos públicos para financiar atividades agropecuárias na região, e municípios inteiros e estradas foram construídos em cima de áreas de floresta e terras indígenas —milhares de índios morreram no processo. Em concordância com o “Conceito”, o conjunto

de medidas foi chamado exatamente de PIN (Plano de Integração Nacional). Forjou-se até um slogan para essa estratégia: “Integrar para não entregar”.

Nesses movimentos havia de tudo. A ideia mais delirante talvez tenha sido a do major Marseno Alvim Martins, que na obra de 1971 “A Amazônia e Nós” (Biblioteca do Exército) sugeriu a construção de um “Grande Lago Amazônico”. Uma imensa barragem no rio Amazonas criaria “um verdadeiro mar amazônico”, o que permitiria “uma navegação em larga escala”. Simplesmente 29 cidades ficariam submersas, incluindo Manaus e Santarém.

Em um episódio pouco lembrado, porém fartamente documentado no Arquivo Nacional, o SNI (Serviço Nacional de Informações), centro da máquina de espionagem da ditadura, criado por Golbery, chegou a controlar garimpos de ouro na Amazônia. O “Projeto Ouro” ou “Projeto Garimpo” mobilizou 148 mil garimpeiros em dez estados no governo João Figueiredo (1979-1985).

“A partir de maio de 1980, este órgão [SNI], autorizado pelo presidente da República, desenvolveu uma ação catalisadora, envolvendo vários organismos públicos, objetivando o controle e a assistência do núcleo de garimpagem que se formou em Serra Pelada (PA). Posteriormente, este controle foi estendido a outras áreas de garimpo, principalmente a da Fazenda Cumaru, no município de Conceição do Araguaia (PA)”, descreveu um relatório confidencial do SNI.

De 1979 a 1981 foram produzidas 24 toneladas de ouro. A experiência foi aposentada em 1989 por decisão do presidente José Sarney (1985-1990). Trinta anos depois, o governo Bolsonaro fala em abrir terras indígenas para a mineração, o que é repudiado por 86% da população, segundo pesquisa Datafolha. O ponto central da política bolsonarista é que o aumento da presença humana na região não deve ser alvo de crítica, pelo contrário, deve ser encarado como uma meta.

No dia 15, o ministro do Meio Ambiente abordou a questão ao dizer à agência de notícias BBC que o governo quer usar o Fundo Amazônia, formado por doações de países estrangeiros, para “ter discricionariedade que envolva efetivamente soluções capitalistas, de desenvolvimento de uma cadeia produtiva que gere resultado em caráter permanente”.

Quem não entender a chave das palavras de Salles continuará debatendo se o governo é ou não “científico”, quando a questão seria indagar até onde ele quer levar o desmatamento. Para os militares bolsonaristas, quem é contrário ao desenvolvimento do país é simplesmente um traidor. Bolsonaro já chamou os críticos de “maus brasileiros” e afirmou que os países que desejam a conservação ambiental apenas cobiçam as riquezas brasileiras.

Enquanto ficava restrita ao ambiente da caserna, a teoria conspiratória não era levada em conta por nenhum pesquisador sério. A principal razão é simples. Jamais índios brasileiros e ONGs internacionais reivindicaram a independência de qualquer pedaço da Amazônia.

A terra indígena Yanomami, por exemplo, demarcada há quase 30 anos, nunca registrou qualquer instabilidade desse tipo. O principal líder yanomami, Davi Kopenawa, em reiteradas vezes, em todos os inúmeros fóruns nacionais e internacionais dos quais participou, nunca falou sobre separação do Brasil. Outro problema é cronológico. A teoria ganhou força a partir do fim da ditadura, em 1985, quando o poder voltou aos civis. Mas diversas terras indígenas foram identificadas e interditadas ainda no período militar, como a própria Yanomami, que só depois foi demarcada.

Uma vez que acusar os militares da época da ditadura de terem participado do mesmo suposto esquema das ONGs internacionalistas é puro nonsense, essa parte é convenientemente silenciada pelos teóricos da conspiração. "

Rubens Valente, jornalista da Sucursal de Brasília da Folha, é autor de "Os Fuzis e as Flechas: História de Sangue e Resistência Indígena na Ditadura" (Companhia das Letras).

Sobre este site

WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

Teoria conspiratória da ditadura guia Bolsonaro na Amazônia

Ocupação predatória da floresta baseia-se em ideia de que ela seria cobiçada por outros países

30. Autódromo Norte-Americano de Alcântara

Marcelo Zero

Uma das autoridades governamentais que veio à Câmara dos Deputados para convencer os legisladores de que o "novo" Acordo de Alcântara "não tem nada de mais" comparou-o às práticas rotineiras da Fórmula I.

Afirmou ele que as áreas restritas previstas para serem controladas pelos norte-americanos na Base de Alcântara seriam semelhantes aos boxes da Fórmula I. Seriam áreas pequenas, de acesso restrito para evitar apropriação indevida de tecnologia. Uma prática corriqueira, que não comprometeria a gestão soberana do "autódromo". Parece que muitos deputados engoliram a comparação beócia, tanto é assim que o "novo" Acordo de Alcântara foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, contra o voto solitário de rejeição dos membros do PT e do PSOL. O que essa autoridade não disse é que esse "novo" Acordo de Alcântara, praticamente idêntico ao antigo que foi rejeitado em 2001 pelo Congresso Nacional, possui cláusulas que não têm nenhuma relação com salvaguardas tecnológicas e que não estão presentes em nenhum outro acordo desse tipo firmado pelos EUA com outros países. De fato, o "novo" Acordo de Alcântara é ponto totalmente fora da curva, nesse aspecto. Para ilustrar o que digo, sigamos com o exemplo da Fórmula I. Suponhamos que Alcântara fosse um autódromo que quisesse entrar no fechado e elitista circuito da Fórmula I. Os responsáveis por Alcântara teriam que assegurar os tais boxes para as equipes poderem trabalhar sem serem espionadas ou molestadas. Até aí, tudo bem.

Mas suponhamos que, no contrato, que teria sido firmado, por exemplo, com a equipe Mercedes-Benz, houvesse uma cláusula que estipulasse: "Alcântara não poderá deixar correr, em sua pista, equipes que não façam parte do MTCR (Regime de Controle de Mísseis), como Ferrari e Red Bull". Estranho, não? Sigamos. Suponhamos que houvesse outra cláusula que determinasse o seguinte: "Os responsáveis pelo circuito de Alcântara não poderão usar o dinheiro obtido com as corridas para desenvolver a sua própria equipe de Fórmula I". Feio, não é? Prossigamos. Suponhamos que ainda houvesse outra cláusula que estipulasse que a Mercedes-Benz poderia vetar unilateralmente a participação, por exemplo, da Force India, caso ela, a Mercedes-Benz, determinasse, ao seu arbítrio exclusivo, que o país daquela equipe (Índia) deu "apoio a atos de terrorismo". Começou a cheirar mal, não é?

Mas isso não é tudo. Haveria outra cláusula obrigando os responsáveis pelo autódromo de Alcântara a firmar acordos idênticos ao da Mercedes-Benz com qualquer outra equipe que quisesse participar das corridas. Para arrematar, haveria o seguinte dispositivo: “Mesmo que os responsáveis por Alcântara cumpram todas as suas obrigações contratuais, a Mercedes-Benz se reserva o direito de acabar com as corridas, caso isso seja conveniente às suas políticas comerciais”. Gostaram? Não?

Mas é isso que está escrito com todas as letras no “novo” Acordo de Alcântara. Basta substituir o nome “Mercedes-Benz” por Estados Unidos da América. Assim, consagra-se uma situação inteiramente assimétrica: de um lado, proíbe-se que o Brasil coopere com países que não pertençam ao MTCR (Regime de Controle de Mísseis), que use o dinheiro do aluguel do CEA para desenvolver o programa do VLS (veículo lançador), que receba tecnologia espacial de terceiros países, que inspecione “containers” em seu território e que seus funcionários adentrem áreas em sua própria base, mas, de outro, assegura-se aos EUA o direito de vetar lançamentos por motivos políticos, de controlar áreas dentro do CEA e de fazer prevalecer as suas leis e políticas internas sobre o Acordo sempre que julgar conveniente.

Com esse acordo, o Brasil jamais será um player importante no mercado bilionário de lançamentos de satélites, pois não terá foguetes lançadores, e nem satélites. O Brasil entrará nesse mercado provendo apenas uma commodity geográfica: uma base próxima do Equador que propiciará economia de combustíveis para operadores norte-americanos. Os EUA compraram uma excelente base e o Brasil vendeu baratinho a sua soberania. Já podem mudar o nome da nossa base para “Autódromo Norte-Americano de Alcântara”. Muito apropriado.

31. Manifestantes fazem protestos pela Amazônia em embaixadas brasileiras pelo mundo

Protestos foram organizados em diversas cidades nesta sexta-feira (23), como Londres, Berlim e Mumbai, na Índia.

Por G1 - <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/23/manifestantes-fazem-protestos-pela-amazonia-em-embaixadas-brasileiras-pelo-mundo.ghtml?fbclid=IwAR1nrX1BNwryRGeodZGg9drXs-fp7yaGCgJhZ1GPK-61vv8jcMhU-oTFUow>

23/08/2019 09h18 Atualizado há 40 minutos



Manifestantes protestam contra queimadas na Amazônia na embaixada do Brasil em Londres

Manifestantes organizaram, nesta sexta-feira (23), diversos protestos pela preservação da **Amazônia** em embaixadas brasileiras ao redor do mundo. Eles se reuniram em cidades como Londres e Berlim e levaram cartazes contra o desmatamento e as queimadas na floresta.

Além das capitais britânica e alemã, protestos também foram convocados em Mumbai, na **Índia**; Paris, na **França**; Berna, na **Suíça**; Amsterdã, na **Holanda**; Dublin, na **Irlanda**; Madri e Barcelona, na **Espanha**; e **Luxemburgo**.

As queimadas e o desmatamento do bioma vieram à tona nas últimas semanas, com dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostrando que **as queimadas no Brasil aumentaram 82% neste ano** em relação ao mesmo período do ano passado.

A chanceler alemã, Angela Merkel, **defendeu que os incêndios na Amazônia sejam debatidos** no encontro do G7 neste fim de semana em Biarritz, na França.



Países da Europa registram protestos em defesa da floresta amazônica nesta sexta (23)

Londres

Em Londres, os protestos pela preservação da Amazônia foram convocados pela organização "Extinction Rebellion". Os manifestantes se reuniram em frente à embaixada brasileira.



Manifestantes da Extinction Rebellion fazem protesto em frente à embaixada brasileira em Londres nesta sexta-feira (23). — Foto: Isabel Infantes/AFP



Manifestantes da Extinction Rebellion fazem protesto em frente à embaixada brasileira em Londres nesta sexta-feira (23). — Foto: Frank Augstein/AP



Manifestante da Extinction Rebellion segura placa com a frase "nossa casa está pegando fogo" em frente à embaixada brasileira em Londres nesta sexta-feira (23). — Foto: Frank Augstein/AP

Manifestantes da Extinction Rebellion seguram placas com dizeres "segure a respiração", "a terra não se vende" e "ajam pela Amazônia" durante protesto em frente à embaixada brasileira em Londres nesta sexta-feira (23). — Foto: Toby Melville/Reuters

Berlim

Na capital alemã, os manifestantes também se reuniram em frente à embaixada brasileira.



Manifestantes fazem protesto pela preservação da Amazônia nesta sexta-feira (23) em frente à embaixada brasileira em Berlim. — Foto: Odd Andersen/ AFP



Manifestantes fazem protesto pela preservação da Amazônia nesta sexta-feira (23) em frente à embaixada brasileira em Berlim. — Foto: Odd Andersen / AFP

Paris

Também houve manifestações em frente à embaixada brasileira em Paris.



Manifestantes se reuniram em frente à embaixada brasileira em Paris nesta sexta (23) para pedir a preservação da Amazônia. — Foto: Daniel Cole/AP



Manifestantes se reuniram em frente à embaixada brasileira em Paris nesta sexta (23) para pedir a preservação da Amazônia. — Foto: Zakaria Abdelkafi / AFP

Manifestante leva cartazes para pedir a preservação da Amazônia em protestos em frente à embaixada brasileira em Paris nesta sexta-feira (23). — Foto: Charles Platiau/Reuters



Manifestante segura placa que diz "sem floresta tudo está perdido" durante protesto em frente à embaixada brasileira em Paris nesta sexta (23). — Foto: Daniel Cole/AP

Amsterdã

Manifestantes também se reuniram nas ruas de Amsterdã, na Holanda, convocados pela "Extinction Rebellion", para pedir a preservação da Amazônia.



Manifestantes deitaram nas ruas de Amsterdã, na Holanda, nesta sexta-feira (23), para pedir a preservação da Amazônia. — Foto: Romy Fernandez/AFP



Manifestantes foram às ruas de Amsterdã, na Holanda, nesta sexta-feira (23), para pedir a preservação da Amazônia. — Foto: Romy Fernandez / AFP



Manifestantes da "Extinction Rebellion" seguram uma bandeira com as cores do arco-íris que diz "não há orgulho no ecocídio" durante protesto nas ruas de Amsterdã nesta sexta-feira (23). — Foto: Romy Fernandez / AFP

Berna

Manifestantes também se reuniram nesta sexta (23) na capital da Suíça, Berna, para pedir a preservação da Amazônia.



Manifestantes também se reuniram nesta sexta (23) na capital da Suíça, Berna, para pedir a preservação da Amazônia. — Foto: Peter Klaunzer/Keystone via AP



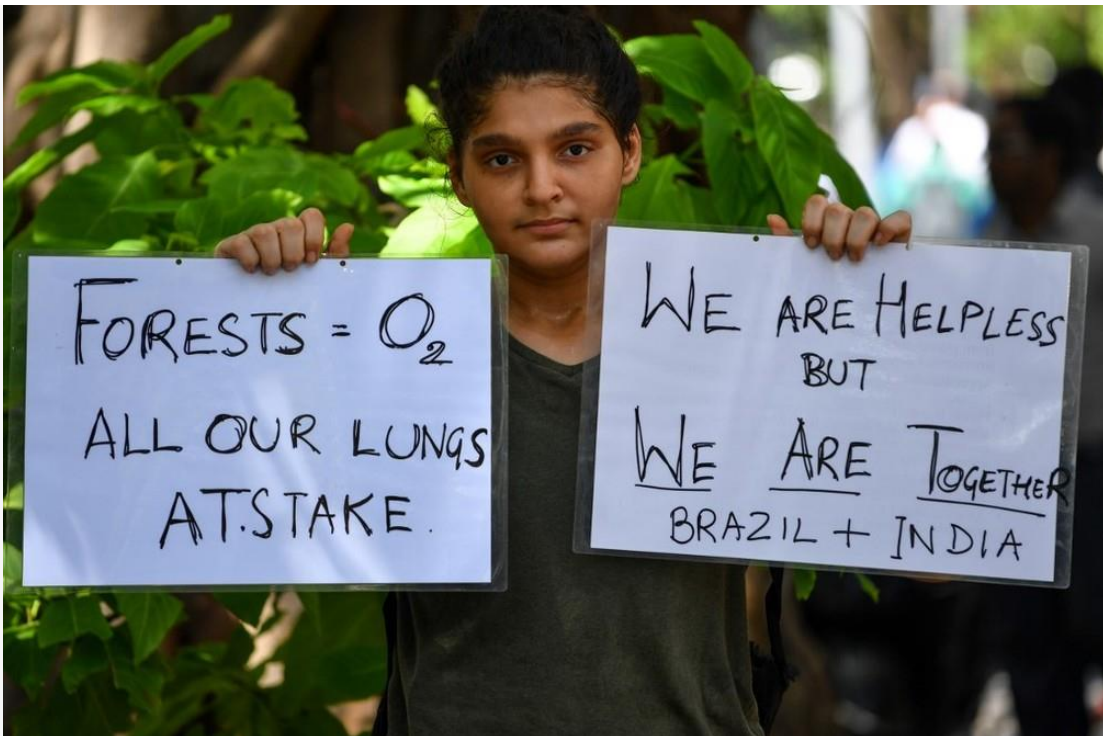
Manifestantes também se reuniram nesta sexta (23) na capital da Suíça, Berna, para pedir a preservação da Amazônia. — Foto: Peter Klaunzer/Keystone via AP

Mumbai

Manifestantes também se reuniram em frente ao consulado brasileiro em Mumbai, na Índia.



Manifestante em Mumbai, na Índia, usa uma máscara verde-limão com os dizeres "ajude a salvar a Terra" para pedir a preservação da Amazônia durante protesto em frente ao consulado brasileiro nesta sexta-feira (23). — Foto: Indranil Mukherjee/ AFP



Manifestante segura cartazes com os dizeres "Florestas = oxigênio. Todos os nossos pulmões em risco" e "Estamos desamparados, mas estamos juntos. Brasil + Índia" durante protesto nesta sexta-feira (23) em frente ao consulado brasileiro em Mumbai, na Índia. — Foto: Indranil Mukherjee / AFP

Madri e Barcelona

Manifestantes também pediram a preservação da Amazônia em Madri e Barcelona, na Espanha.



Manifestantes foram às ruas de Madri, na Espanha, nesta sexta-feira (23), para pedir a preservação da Amazônia. — Foto: Arquivo pessoal/Luís Lima



Manifestantes foram às ruas de Madri, na Espanha, nesta sexta-feira (23), para pedir a preservação da Amazônia. — Foto: Arquivo pessoal/Luís Lima



Manifestantes se reuniram em Barcelona, na Espanha, nesta sexta-feira (23), para protestar contra as queimadas e o desmatamento na Amazônia. — Foto: Lluís Gene/AFP



Manifestantes também pediram a preservação da Amazônia em Barcelona, na Espanha. — Foto: Lluís Gene/AFP



Manifestante pinta o rosto durante protesto nesta sexta (23) em Barcelona, na Espanha. — Foto: Lluís Gene/AFP

Esta reportagem está em atualização.

QUEIMADAS NA AMAZÔNIA

- [Nº de queimadas sobe 82% em 2019](#)
- [Amazônia concentra metade das queimadas neste ano](#)
 - [Entenda: 12 questões essenciais sobre o tema](#)
- [Amazônia em chamas? O que se sabe sobre a evolução das queimadas](#)
 - [Veja o que é #FATO ou #FAKE sobre queimadas na Amazônia](#)
 - [Entenda como o Inpe mede as queimadas](#)
- [Sem provas, Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás das queimadas](#)
 - [Macron diz que G7 precisa discutir queimadas no Brasil](#)
 - [Para Merkel, incêndios devem ser debatidos no G7](#)
 - [Secretário-Geral da ONU cobra que Amazônia seja protegida](#)
 - [Análises confirmam partículas de queimadas na chuva de SP](#)

32. NOVILÍNGUA DA DIREITA BRASILEIRA

PATRIOTA. Aquele que apoia a privatização ou a venda de empresas estatais e de riquezas naturais para grupos estrangeiros.

CIDADÃO DE BEM. Homem branco, hétero e de classe média que defende o porte de armas e a sonegação de impostos.

ESTUDANTE. Jovem maconheiro facilmente influenciável por ideias de esquerda.

PROFESSOR. Doutrinador comunista que promove greves e surubas em horário de trabalho.

UNIVERSIDADE PÚBLICA. Local de balbúrdia onde as pessoas andam nuas, consomem drogas e se deixam manipular por doutrinadores de esquerda.

CIENTISTA. Pessoa que recebe dinheiro público para promover pesquisas sem importância que não geram retorno financeiro.

EMPRESÁRIO. Único profissional responsável pelo desenvolvimento do país, apesar de massacrado pelos impostos do Estado e tolhido pelos direitos trabalhistas.

POBRE. Pessoa que não se esforçou o bastante; vagabundo; procrastinador.

FEMINISTA. Mulher que não gosta de homem e não depila as axilas.

INDÍGENA. Pessoa que ocupa grandes porções de terra sem pagar impostos, sem trabalhar e sem gerar receita ao Estado. Diz-se também do brasileiro que se aproveita de sua aparência física para requisitar o direito a territórios que, por direito, deveriam pertencer ao agronegócio.

IMIGRANTE. Pessoa estrangeira de má índole, proveniente de países do Terceiro Mundo, que vem ao Brasil para tirar o emprego de brasileiros e estuprar as mulheres (OBS: Não se enquadram nessa classificação imigrantes de pele clara e olhos azuis provenientes de países europeus como Itália e Alemanha).

MOVIMENTO NEGRO. Organização formada por pessoas (de cor) ressentidas que se dedicam a promover o racismo reverso na sociedade; grupo de pessoas (de cor) que não se colocam em seu devido lugar.

NORDESTINO. Brasileiro nascido ou residente na região nordeste do país e dotado de pouca inteligência, bem como de pouca inclinação ao trabalho. Não obstante, apresenta tendências esquerdistas na política.

DITADURA MILITAR. Suposto período histórico que teria vigorado no Brasil de 1964 a 1985. O mito da ditadura foi inventado por professores de esquerda com o objetivo de desqualificar o governo de militares abnegados e honestos que livraram o Brasil do comunismo.

DEMOCRACIA. Regime de governo corrupto que só beneficia a classe política em detrimento da família, da tradição e da propriedade.

DIREITOS HUMANOS. Organização de esquerda criada para defender criminosos e vagabundos de toda sorte.

DESEMPREGO. Opção de quem não gosta de trabalhar ou não possui a competência e a qualificação exigidas pelo mercado.

MANIFESTAÇÃO POLÍTICA. O mesmo que baderna (OBS: A exceção fica por conta das manifestações de classe média que pedem intervenção militar, feitas geralmente aos domingos e compostas por famílias vestidas em camisas amarelas e portando bandeirinhas do Brasil como prova inequívoca de seu patriotismo).

VENEZUELA. O inferno na Terra. Uma espécie de Cuba com petróleo. Uma Coreia do Norte com belas candidatas a Miss Universo. República de bananas comandada por uma ditadura sanguinária financiada pela União Soviética e pelas verbas do BNDES durante o regime lulopetista.

ESTADOS UNIDOS. País exemplar para onde todos os brasileiros querem se mudar um dia. Terra da liberdade em que as leis funcionam e a segurança impera porque os cidadãos de bem podem andar armados.

BRASIL. País desprezível formado majoritariamente por gente pobre, ignorante e preguiçosa. Nação historicamente fadada ao atraso e ao subdesenvolvimento devida a pouca capacidade empreendedora de sua população.

BRASILEIRO. Adjetivo pejorativo usado para desqualificar o que quer que seja (um filme, um escritor, um destino turístico etc). Sinônimo de pobreza, falta de caráter e indolência. "Só podia ser brasileiro mesmo".

FILÓSOFO. Tipo de pensador inexistente no Brasil, dada a nossa incapacidade de produzir reflexões profundas (OBS: Olavo de Carvalho é uma exceção, podendo ser considerado o único filósofo brasileiro, entre vivos e mortos).

ARTE. Suposta atividade criativa humana que só interessa a uma pequena elite intelectual de esquerdistas pernósticos.

ARTISTA. Indivíduo que se dedica à vadiagem, usando a arte como justificativa para sua condição de sanguessuga do dinheiro público.

CULTURA POPULAR. Arte de pouca ou nenhuma qualidade e importância; coisa de pobre.

MUSEU. Local geralmente público e entulhado de velharias inúteis que não interessam a ninguém.

POLITICAMENTE CORRETO. Designa a conduta criada pela patrulha de esquerda para coagir e constranger pessoas espontâneas que falam o que todo mundo pensa mas não têm coragem de verbalizar.

EDUCAÇÃO SEXUAL. Disciplina escolar criada por professores esquerdistas para ensinar pornografia às crianças, minando assim os valores da família cristã. Tal disciplina estava contida no famigerado kit gay (que o educador Paulo Freire escreveu a pedido do ministro Fernando Haddad durante o governo Lula e que vinha sendo distribuído nas escolas brasileiras).

TRABALHO ESCRAVO. Lenda urbana inventada pela esquerda com o intuito de prejudicar a imagem de empresários sérios e honestos; todo tipo de trabalho que um esquerdista se recusa a fazer.

SINDICATO. Grupelho de pessoas desocupadas que usa os trabalhadores como massa de manobra para beneficiar eleitoralmente os partidos de esquerda.

IMPRENSA. Designação coletiva dos veículos de comunicação controlados pela União Soviética e dominados pela ideologia marxista-leninista de seus funcionários.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO. Pessoa ociosa sustentada pelo dinheiro dos nossos impostos para jogar paciência ou tomar cafezinho em repartições públicas decrépitas e sem muita utilidade.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). Organização criminosa criada exclusivamente para dilapidar os cofres públicos e instaurar o socialismo no Brasil.

SOCIALISMO. O mesmo que comunismo.

COMUNISMO. Regime totalitário de esquerda implantado no Brasil em 2003 e que vigorou até 2016. Historiadores monarquistas sustentam, no entanto, que o comunismo teria sido implantado em 1889, com a Proclamação da República.

ESQUERDISTA. O mesmo que petista.

PETISTA. O mesmo que comunista.

COMUNISTA. Pessoa que não trabalha ou que vive exclusivamente de cargos públicos e boquinhas; indivíduo pervertido que defende a educação sexual para crianças, a ditadura gay e o aborto; ateu de esquerda que se dedica a difamar a Bíblia e a destruir os valores da família cristã.

33. ATAQUE INTERNACIONAL AO GOVERNO BRASILEIRO É OPORTUNISTA, MAS BOLSONARO FORNECEU O PRETEXTO RODRIGO CONSTANTINO

Um blog de um liberal sem medo de polêmica ou da patrulha da esquerda “politicamente correta”.

23 de agosto de 2019

É óbvio que há muito oportunismo por parte dos críticos internacionais e nacionais, que incluem de Macron ao Papa, mas eis o ponto: a postura do governo (e do presidente) forneceu o pretexto de que necessitavam para essa campanha internacional. Bolsonaro deu o combustível que usaram para espalhar o incêndio político, e isso pode custar muito caro ao Brasil.

Negar a enorme mancha na imagem do nosso país perante o mundo é escolher a cegueira. Não importa tanto que seja com base em distorções ou mesmo mentiras, que ninguém esteja falando, por exemplo, das queimadas que já consumiram 700 mil hectares na Bolívia. Em política – e geopolítica – o que importa é mais a percepção do que a realidade.

Ou os bolsonaristas não entendem mais o que é guerra cultural? William Waack, com sua ampla experiência internacional, fez uma análise do estrago em nossa imagem, e afirmou que nunca viu algo dessa magnitude antes:

O presidente Bolsonaro, em vez de “lacrar” nas redes sociais, ridicularizar governantes de outros países e acusar sem provas as ONGs, deveria ser simples e objetivo, reconhecendo o problema das queimadas e tomando medidas concretas para resolve-lo. Mas não adianta, é da sua natureza: ele gosta é de “mitar” nas respostas. E com isso jogou lenha na fogueira, deu a senha que faltava para os oportunistas.

Foi o que concluiu Rogério Weneck em coluna no Estadão, alegando que os lobbies do protecionismo agrícola internacional festejaram a insensatez do governo brasileiro:

Constrangido e perplexo, o País vem acompanhando as agressões gratuitas do governo a autoridades ambientais da Noruega, da Alemanha e da França, agravadas por declarações sarcásticas e desairosas do presidente sobre a chanceler Angela Merkel.

[...]

Mundo afora, os lobbies do protecionismo agrícola nos países importadores de commodities agropecuárias brasileiras festejam a cada dia os desatinos da área ambiental do governo. A imprensa alemã já clama por sanções às exportações do Brasil.

Sobram razões para que o agronegócio esteja alarmado. Há muito em jogo. É preciso pôr fim à insensatez, conter os danos e, tão logo quanto possível, tentar restaurar a imagem do País no exterior. A dúvida é se o agronegócio acredita que a penosa restauração que se faz necessária poderá ser feita com Ricardo Salles à frente do ministério do Meio Ambiente.

Os adultos na sala querem produzir alimentos e sabem que precisam jogar de acordo com as regras internacionais, inclusive pagando pedágio ideológico para o movimento ambientalista, extremamente poderoso. São interesses pragmáticos de quem representa a locomotiva da economia nacional. Por outro lado, vemos os “revolucionários de Twitter” achando o máximo o futuro embaixador dos Estados Unidos, filho do presidente, chamando indiretamente o presidente francês de “idiota”. O que temos a ganhar com essa postura?

Bolsonaro quer replicar em tudo o estilo de Trump, mas precisa entender que são situações muito distintas. Trump pode falar grosso com o resto do mundo pois é o xerife e o cofre do mundo, e ONU e companhia dependem dos Estados Unidos. No caso do Brasil, somos nós que dependemos do resto do mundo. A tática do confronto do bolsonarismo pode nos custar caro.

Enquanto o mundo todo detona a postura do governo brasileiro na questão da Amazônia, por oportunismo ou não, o companheiro de Bolsonaro, Donald Trump, permanece em conveniente silêncio. Em geopolítica não dá para contar apenas com os “laços pessoais”, algo que o “homem cordial” brasileiro não costuma entender. O que vale são os interesses!

Eis que o pretexto da defesa da “soberania nacional” por conta da Amazônia voltou a unir olavetes, militares e até comunistas como Aldo Rebelo. Enquanto isso, os produtores rurais, que carregam nossa economia nas costas, perdem o sono sabendo que os “revolucionários de Twitter” estão no comando, apostando no confronto e no caos.

Quando as retaliações internacionais começarem a doer para valer no bolso dos ruralista, aí o governo será forçado a colocar para escanteio, em seus devidos lugares e na bolha da internet, esses incendiários jacobinos, que parecem desejar uma guerra. Ou isso, ou o governo pode perder o apoio da bancada ruralista, o que seria fatal para sua sobrevivência política...

Rodrigo Constantino

34. COMENTÁRIO GEOPOLÍTICO

Em 23 de agosto de 2019

A Guerra do Meio Ambiente

Podemos perceber duas razões para os ataques: uma com o fracasso do comunismo a esquerda europeia migrou para a questão do meio ambiente e outra é para justificar barreiras ao crescimento e ao comércio do Brasil de bens e serviços.

Usando o pretexto de salvar o planeta tem sido criadas restrições às atividades econômicas e mesmo a ocupação do território, principalmente na Amazônia. Durante décadas os nossos governantes cederam às pressões ambientalistas e as Ongs estrangeiras com suas filiais nacionais – obras primas dos melhores serviços secretos – criavam obstáculos à expansão agrícola, à exploração de jazidas minerais, a integração de silvícolas à sociedade nacional e até a simples presença de brasileiros nas imensas áreas de preservação. Por estranho que pareça estrangeiros não têm tais impedimentos.

As Ongs se intitulavam de “sociedade civil” e de mãos dadas com os indianistas, os ambientalistas diziam proteger a floresta, mas por qual motivo? – com certeza para evitar a concorrência com sua própria agricultura (farms here, Forest there), mas principalmente para evitar que tenhamos acesso às incríveis jazidas minerais, as quais se aproveitadas por nós mudariam completamente o quadro do poder mundial. Estas jazidas estão principalmente nas serras da fronteira norte, região desabitada e imprópria para agricultura, inóspita, mas preñhe dos mais preciosos minérios. É lá que está a maior parte de áreas”protegidas”, algumas delas proibidas aos nossos

patrícios e por incrível que pareça existem placas onde se lê **BRASILEIRO NÃO ENTRA.**

Enquanto o stablishment com suas Ongs seguiam tomando a Amazônia pelas beiradas diminuíram as ameaças ostensivas de interferência militar dos anos 90, mas agora, com o nosso novo Governo tomando a defesa dos interesses nacionais e enfrentando com altivez as exigências mal disfarçadas de três governos europeus, o stablishment sentindo ameaçados seus objetivos, desencadearam uma ofensiva global, atacam em várias frentes, declarando que o problema é de todo o Globo, que o Brasil não da conta de proteger sozinho a floresta, que é necessária uma ação (militar?) dos órgãos supranacionais e a ala esquerdista da Igreja demonstra “preocupação” com a floresta enquanto um desinformado Papa prepara um sínodo sobre esse assunto.

Os argumentos usados para justificar uma ação mais dura são evidentemente falaciosos. O principal, as queimadas na floresta, é uma mentira completa que por força de repetição só não convence quem conhece bem a Amazônia. Entre os que mais conhecem a selva estão alguns cientistas do INPA e nossos militares que lá serviram por longos anos. Em nome destes afirmamos que a FLORESTA NÃO PEGA FOGO por ser, úmida demais. Mas, poderia ser perguntado e as fotografias da floresta queimando? Quase todas não são da floresta, mas do cerrado, algumas até de outro continente com girafas fugindo do fogo.

Sem dúvida existem muitos focos de incêndio na área da bacia amazônica, não na floresta mas no cerrado, Esse bioma ocupa uma grande porção no sul da área banhada pelos afluentes da margem direita, que desce suavemente do planalto em direção a grande calha, propiciando facilidade para a agropecuária, claro retirada a vegetação nativa de cerrado, a qual costuma queimar mesmo espontaneamente na estação seca. Então o INPE, equipado por ecoxiitas anunciava: milhares de focos de incêndio na Amazônia, entretanto esse processo não chega até a floresta pois ao se aproximar da calha do Amazonas o clima se torna cada vez mais úmido e o relevo mais rugoso impedindo o uso de máquinas agrícolas.

Na selva de verdade só é possível a silvicultura, ou seja a substituição de árvores por outras de maior utilidade, seja de madeira nobre ou frutíferas, sendo a mais promissora o dendê, cujo óleo pode substituir o diesel por menor preço e dar emprego a muita gente. Vale lembrar que árvores úteis tem o mesmo efeito sobre o clima que as árvores nativas. Acima de

tudo há que se pensar no interesse da Pátria. Em passado recente elementos do PT introduziram a Vassoura de Bruxa nas plantações de cacau, na Bahia, pensando no interesse de sua ideologia. No momento surgem notícias de que certas queimadas estão sendo feitas propositalmente por Ongueiros no interesse da ideologia deles. É cada vez mais evidente que o interesse econômico tem movido as campanhas contra a nossa Pátria. É certo que precisamos de união para enfrentar as pressões estrangeiras, mas não é possível a união com sabotadores.

Cada elemento da Criação se desenvolve em meio ambientes adequados; as sucuris precisam de florestas pantanosas e camelos de desertos. O meio ambiente adequado ao ser humano moderno é dependente de adequações criadas pela riqueza e que a miséria é tremendamente poluidora. É evidente também que riquezas não são produzidas por conservação ambiental mas sim por sua transformação e aperfeiçoamento. Não será com pobreza e miséria, consequências de políticas ambientais extremamente restritivas e radicais, que o país irá conseguir preservar o meio ambiente.

Agora, sentindo que está perdendo espaço, o stablishment tira a máscara e ameaça discutir sansões que poderiam chegar ao uso da força. É claro que não passa de blefe, mas se resolverem nos fazer imposições, a manu militari sentirão saudade do Vietnam.

Só para lembrar -

De forma similar ao ataque das Ongs à Amazônia fala-se muito em privatizar a Petrobrás para acabar com a corrupção, sendo ela apenas uma vítima. Por outro lado, as empresas “majors” ou do cartel do petróleo são as mais corruptas e as mais corruptoras do mundo: derrubam presidentes, subornam, matam e corrompem as instituições em vários países. Elas, que são as prováveis compradoras da Petrobrás para ficar como o pré-sal, são muito mais corruptas do que a Petrobrás. Qual seria a vantagem?

De qualquer forma é só para lembrar. Não podemos lidar com as duas ameaças ao mesmo tempo.

Se tivermos que lutar, que seja uma guerra justa e que Deus esteja conosco.

Gelio Fregapani (general reserva)

35. Em meio a panelaço, Bolsonaro muda o tom e pede 'diálogo'

https://www.cartacapital.com.br/politica/em-meio-a-panelaco-bolsonaro-muda-o-tom-e-pede-dialogo/?fbclid=IwAR2Gosms9cAyaF2b8b4WWgecMIP49-jJ53XU_3ogdEgfN0tPZGFMi-e6lQ4

23 DE AGOSTO DE 2019

VÍDEO PRONUNCIAMENTO DE BOLSO:
https://www.cartacapital.com.br/politica/em-meio-a-panelaco-bolsonaro-muda-o-tom-e-pede-dialogo/?fbclid=IwAR2Gosms9cAyaF2b8b4WWgecMIP49-jJ53XU_3ogdEgfN0tPZGFMi-e6lQ4

Presidente da República amenizou responsabilidade do governo no aumento das queimadas e expôs temor com sanções internacionais

O presidente da República Jair Bolsonaro (PSL) se pronunciou em rede nacional nesta sexta-feira 23, em meio a um panelaço nacional, para justificar o injustificável: a Floresta Amazônica em chamas, algo que já impacta diretamente o Brasil, causa comoção mundial e gera a possibilidade real de sanções por potências às vésperas do G7, marcado para este fim de semana. O discurso, em tom ameno, foi um contraste em relação à história do ex-capitão (hoje ou antes da Presidência), um gigante contraste em relação aos filhos que, desde o início da crise florestal, insistem em (alguma novidade?) acelerar indisposições.

PUBLICIDADE

“Incêndios florestais existem em todo o mundo, e isso não pode servir de pretexto para possíveis sanções internacionais. O Brasil continuará sendo, como foi até hoje, um país amigo de todos e responsável pela proteção da sua floresta Amazônica”, disse Bolsonaro, já no final de seu discurso.

“Um país amigo de todos” que, nestes primeiros meses de governo, tratou de tensionar para lados variados, incluindo com nações como França, Alemanha, Argentina e todas as “esquerdalhas”. E com a justificativa infantil de que os incêndios estão aí “em todo o mundo”, está ok?

Ao fundo, panelas.

► *Leia também:*

- **Protestos em defesa da Amazônia reúnem milhares em SP, RJ e Brasília**
 - **Bolsonaro enviará tropas do Exército para conter queimadas na Amazônia**
 - **Por que a Amazônia é vital para o mundo?**

“Estamos numa estação tradicionalmente quente, seca e de ventos fortes, em que todos os anos infelizmente ocorrem queimadas na região amazônica. Nos anos mais chuvosos, as queimadas são menos intensas. Em anos mais quentes, como nesse, 2019, elas ocorrem com maior frequência. De todo modo, mesmo que as queimadas deste ano não estejam fora da média dos últimos 15 anos, não estamos satisfeitos com o que estamos assistindo”, alegou.

Palmas? Não: panelas, pela primeira vez desde a massa estudantil quebrando o silêncio das ruas.

“É preciso lembrar que, naquela região, vivem mais de 20 milhões de brasileiros que há anos aguardam dinamismo econômico proporcional às riquezas ali existentes. Para proteger a Amazônia, não bastam operações de fiscalização, comando e controle. É preciso dar oportunidade a toda essa população para que se desenvolva junto com o restante do país”, afirmou Bolsonaro, amigo dos “paraibas”.

Bolsonaro pediu “serenidade” para tratar da matéria e acusou o uso político de informações falsas, “dentro e fora do Brasil”. Defendeu que o Brasil é exemplo de sustentabilidade, conserva maioria de sua vegetação nativa, possui lei ambiental moderna e Código Florestal modelo. “Diversos países desenvolvidos, por outro lado, ainda não conseguiram avançar com seus compromissos no âmbito do Acordo de Paris”, contrapôs.

Opa, que nenhum amigo do G7 ouça esta parte.

Mais panelas.

Discurso foi mais ameno do que nas redes

No Twitter, horas antes, o presidente da República atacou diretamente o presidente francês Emmanuel Macron. “A sugestão do presidente francês, de que assuntos amazônicos sejam discutidos no G7 sem a participação dos países da região, evoca mentalidade colonialista descabida no século 21”, escreveu.

A família Bolsonaro seguiu na mesma linha. Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) chamou Macron de **“Doria francês”** e cobrou que ele se manifeste sobre o que chamou de povo “massacrado por um ditador comunista” na Venezuela.

Já o futuro embaixador Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) compartilhou publicação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em que diz que a crise na Amazônia é fruto do lobby dos agricultores europeus, ONGs e artistas. “A crise amazônica falsa é fruto do acordo comercial fechado com a Europa. O lobby dos agricultores europeus reagiu diante da iminente invasão de produtos brasileiros. Isso, combinado com ONGs, esquerda e ‘artistas’, revoltados com o fim da mamata”.

Internautas divulgam vídeos de panelaços

Durante o pronunciamento em cadeia nacional, houve “panelaços” em várias cidades brasileiras. Um usuário publicou um vídeo no Twitter em que se ouve protestos e batidas com panelas, no bairro de Santa Cecília.

[Renato Janine Ribeiro](#) – DITO E NÃO DITO fb 24 AGO

Comentando o pronunciamento do presidente na TV:
1) Um esgar aos 4m06, quando diz que outros países se solidarizaram com ele. Sinal de coisa duvidosa?
2) O minuto e meio final, 1/3 do total, foi de ataques (e defesas). Deveria ter sido mais curto, mas B não aguenta ficar fora da beligerância. Que o levou à presidência e, também, agora a essa situação de perda de popularidade interna e de desprestígio internacional.

3) Disse que "não basta a fiscalização". Na verdade, ele fez de tudo para parar com ela.

4) Seu empenho é integrar, é levar o desenvolvimento para a Amazônia. Mas isso em moldes muito antigos. Não à toa, sua turma repete o discurso da ditadura: temos muito lugar para poluir, tragam chaminés etc (esquecendo que o progresso, hoje, é ciência e não chaminé).

Como teria sido um discurso inteligente?

1) Quero tranquilizar os brasileiros e o mundo todo: cuidamos, cuidaremos da Amazônia.

2) Em vez de banalizar o acontecido (mesma média dos outros anos, incêndios por ONGs e índios etc), confessar-se surpreso e prometer aumentar seu empenho.

3) Em vez de falar dos Estados que aceitarem a GLO, dizer que vai se sentar com os governadores e levar propostas e ouvi-los.(Imaginem, ele fazer isso é impossível).

4) Propor um encontro internacional dos países com Amazônia, em nível ministerial, a ser seguido de um encontro dos respectivos chefes de Estado.

5) Dizer que o desenvolvimento na Amazônia respeitará o estilo de vida dos povos da região - e que essa parte do País é um tesouro a ser explorado pela ciência.

6) Apaziguar, em vez de guerrear. Ah, e mandar embora o Salles.

36. Érika Berenguer, pesquisadora dos impactos do fogo na Amazônia.

"Há 12 anos eu trabalho na Amazônia e há 10 anos pesquiso sobre os impactos do fogo na maior floresta tropical do mundo. Meu doutorado e meu pós-doutorado foram com isso e já vi a floresta queimando sob os meus pés mais vezes do que gostaria de lembrar. Me sinto então na obrigação de trazer alguns esclarecimentos enquanto cientista e enquanto brasileira, já que pra maioria das pessoas a realidade amazônica é tão distante:

Primeiro, e mais importante, é que incêndios na floresta amazônica não ocorrem de maneira natural – eles precisam de uma fonte de ignição antrópica ou, em outras palavras, que alguém taque o fogo. Ao contrário de outros ecossistemas, como o Cerrado, a Amazônia NÃO evoluiu com o fogo e esse NÃO faz parte de sua dinâmica. Isso significa que quando a Amazônia pega fogo, uma parte imensa de suas árvores morrem, porque elas não tem nenhum tipo de proteção ao fogo. Ao morrerem, essas árvores então se decompõem liberando para a atmosfera todo o carbono que elas armazenavam, contribuindo assim pras mudanças climáticas. O problema nisso é que a Amazônia armazena carbono pra caramba nas suas árvores, a floresta inteira estoca o equivalente a 100 anos de emissões de CO2 dos EUA, então queimar a floresta significa colocar muito CO2 de volta na atmosfera.

Os incêndios, que são necessariamente causados pelo homem, são de 2 tipos: aquele usado pra limpar o roçado e o usado pra desmatar uma área; o que estamos vendo é do segundo tipo. Para desmatar a floresta, primeiro corta-se ela, normalmente com o que é chamado de correntão – dois tratores

interligados por uma imensa corrente, assim com os tratores andando, a corrente entre eles vai levando a floresta ao chão. A floresta derrubada fica um tempo no chão secando, geralmente meses a dentro da estação seca, pois só assim a vegetação perde umidade suficiente pra ser possível colocar fogo nela, fazendo toda aquela vegetação desaparecer, e sendo então possível de plantar capim. Os grandes incêndios que estamos vendo agora e que fizeram o céu de São Paulo escurecer representam então esse último passo na dinâmica do desmatamento – transformar em cinzas a floresta tombada.

Além da perda de carbono e de biodiversidade causadas pelo desmatamento em si, existe também uma perda mais invisível – aquela que ocorre nas florestas queimadas. O fogo do desmatamento pode escapar para áreas não desmatadas e caso esteja seco o suficiente, queimar também a floresta em pé. Uma floresta que então passa a estocar 40% a menos de carbono do que anteriormente ela armazenada e, de novo, carbono esse que foi perdido para a atmosfera. As florestas queimadas deixam de ser de um verde luxuriante, esbanjando vida e a cacofonia de sons dos mais diversos bichos se silencia – a floresta adquire tons de marrons e cinzas, com os únicos sons sendo aqueles de árvores caindo.

A estação seca na Amazônia sempre trouxe queimadas e há anos tento chamar a atenção pros incêndios florestais, como os de 2015, quando a floresta estava excepcionalmente seca devido ao El Niño. O que tem de diferente esse ano é a dimensão do problema. É o aumento do desmatamento aliado aos inúmeros focos de queimada e ao aumento das emissões de monóxido de carbono (o que mostra que a floresta está ardendo), o que culminou na chuva preta em São Paulo e no desvio de vôos de Rondônia pra Manaus, cidades situadas a meros mil quilômetros de distância. E o mais alarmante dessa história toda é que estamos no começo da estação seca. Em outubro, quando chegar ao auge do período seco no Pará, a tendência infelizmente é da situação ficar muito pior.

Em 2004 o Brasil chegou a 25000 km² de floresta desmatados no ano. De lá pra cá reduzimos essa taxa em 70%. É possível sim frearmos e combatermos o desmatamento, mas isso depende tanto da pressão da sociedade quanto da vontade política. Depende do governo assumir a responsabilidade pelas atuais taxas de desmatamento e parar com discursos que promovam a impunidade no campo. É preciso entender que sem a Amazônia não há chuva no resto do país, seriamente comprometendo nossa produção agrícola e nossa geração de energia. É preciso entender que a Amazônia não é um bando de árvore juntas, mas sim nosso maior bem.

É de uma dor indescritível ver a maior floresta tropical do mundo, meu objeto de estudo, e meu próprio país queimarem. O cheio de churrasco acompanhado do silêncio profundo numa floresta queimada não são imagens que vão sair da minha cabeça jamais. Foi um trauma. Mas na escala atual, não vai precisar ser pesquisador ou morador da região pra sentir a dor da perda da Amazônia. As cinzas do nosso país agora buscam a gente até na grande metrópole."

37. Sobre a crise brasileira e a Petrobrás (áudio transcrito)

Felipe Coutinho, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – FB 24 AGO

A Petrobrás sempre foi alvo de disputa no Brasil, desde a sua criação ela representava uma ameaça os interesses estrangeiros no Brasil. Representou uma ameaça às multinacionais do petróleo quando foi criada e o ápice dessa disputa – que é geopolítica e internacional – foi o suicídio do Getúlio porque ele não aceitava abrir mão da Petrobrás.

A Petrobrás demonstra a capacidade de realização do povo brasileiro e ela foi fundamental no desenvolvimento industrial, na urbanização do Brasil, nesse país que hoje é oitava economia do mundo. E agora, no século 21, ela demonstrou a capacidade do nosso povo ao descobrir as maiores reservas do Século 21, as maiores reservas de petróleo do Século 21 que é o pré-sal brasileiro.

O pré-sal, ele nos permite, ele nos dá uma oportunidade, uma chance... uma chance de desenvolvimento. Porque não existe substituto ao petróleo barato de se produzir, esse petróleo que foi abundante e era muito barato de se produzir... ele foi esgotado, as melhores reservas são esgotadas sempre primeiro e o petróleo barato de se produzir acabou.

Então nós temos hoje uma disputa acirrada pela energia no mundo, pelo petróleo no mundo, pela renda petroleira, na disputa pela renda petroleira se promovem guerras, se assassinam lideranças, se depõem governos, se promovem golpes de Estado e ocupação de países estrangeiros.

É claro que são usadas sempre desculpas, é sempre instrumentalizado, é instrumentalizado o combate ao terrorismo, é instrumentalizado a defesa da democracia e das liberdades, é instrumentalizado o combate à corrupção. Mas o que está em jogo é o petróleo, é a renda petroleira e a disputa geopolítica entre as Nações, a disputa por recursos naturais mais baratos possíveis, a disputa por mercados e a disputa por assalariados nas condições mais baratas possíveis para se explorar.

É nessa disputa internacional que se insere o Brasil em 2019, é a disputa pelo pré-sal que se dá hoje e a própria existência da Petrobrás porque a existência da Petrobrás e do pré-sal dão ao Brasil uma chance, uma chance do nosso país se desenvolver.

Existe uma relação entre crescimento econômico e consumo de energia, essa relação é direta... quanto maior o consumo de energia maior a possibilidade de crescimento econômico. Também existe correlação entre o desenvolvimento humano, por exemplo medido pelo IDH, e o consumo de energia por pessoa... quanto maior o consumo de energia por pessoa maior o índice de desenvolvimento humano de cada Nação do mundo.

O consumo brasileiro de energia e de petróleo, ele é ridículo, ele é muito baixo, é próximo ao do Paraguai, para que a gente tivesse, para que a gente tenha um desenvolvimento econômico com padrão europeu seria necessário consumir cinco vezes mais petróleo do que se consome hoje no Brasil. Hoje consumimos cerca de 2 milhões de Barris por dia, seria necessário consumimos 10 milhões. Se temos hoje 13 refinarias, das quais 8 estão correndo risco de serem privatizadas, entregues para o capital internacional, seria necessário construir mais 20 e não privatizar essas 8 refinarias.

É necessário consumir o petróleo, agregar valor ao petróleo no refino, na petroquímica, nos fertilizantes... é necessário usar a energia do petróleo que nós temos ainda disponível para construir a infraestrutura para produção das energias potencial mente renováveis que vão nos garantir um futuro melhor... depois de esgotado os nossos recursos que são finitos, recursos do Petróleo que são finitos, mas ao contrário o que que está acontecendo? É um absurdo que em 2019 nós estamos na perspectiva de exportar um milhão de barris de petróleo por dia, mas não exatamente nós estamos exportando... quem está exportando cada vez mais do petróleo brasileiro são as multinacionais estrangeiras.

Nenhum país se desenvolveu exportando petróleo cru por multinacional estrangeira, mas é exatamente esse o caminho que o Brasil está tomando hoje, em 2019, é um absurdo nós estarmos entrando em ciclo do tipo colonial que não atende os interesses da maioria, mas existe uma minoria... são os capitães do mato, são gerentes (gestores) desse projeto do tipo colonial que sempre existiram entre nós, que são poucos, mas esse projeto infelizmente tem sido muito bem sucedido. A maioria dos brasileiros precisa ter consciência do que está em jogo... é o nosso futuro, é o nosso país... o Brasil precisa se levantar.

Líderes progressistas do Brasil e do mundo lançam manifesto em defesa

da Amazônia e rechaçam Bolsonaro

Manifesto que reúne líderes progressistas como Fernando Haddad, Celso Amorim, Rafael Correa, José Luis Zapatero, Ernesto Samper, Cuauhtémoc Cárdenas, Carol Proner, entre outros, denuncia o "brutal retrocesso ambiental" que se observa no Brasil com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder; "Bolsonaro não está apenas colocando fogo na Amazônia, está queimando a soberania do Brasil, a soberania dos demais países da Bacia Amazônica e o futuro de toda a humanidade"

24 de agosto de 2019, 16:40 h Atualizado em 24 de agosto de 2019, 17:35



247 - Líderes progressistas como Fernando Haddad, Celso Amorim, Rafael Correa, José Luis Rodríguez Zapatero, Cuauhtémoc Cárdenas, Aloizio Mercadante Oliva, Carol Proner, entre outros, lançaram um manifesto em defesa da Amazônia, ameaçada de devastação com a conivência do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro

PUBLICIDADE

"O brutal retrocesso ambiental que se observa no Brasil com a chegada de Bolsonaro ao poder, cuja face dramática é a atual devastação da Amazônia por vastos e criminosos incêndios,

constitui-se em agressão inominável a um patrimônio inestimável daquele país e à sua soberania nacional, bem como compromete o futuro das jovens gerações de brasileiros e não-brasileiros", diz o documento publicado pelo Movimento por um Novo Impulso Progressista.

O manifesto denuncia que mesmo antes de chegar ao poder, Bolsonaro deu declarações demonstrando sua clara intenção de promover retrocessos substanciais na agenda ambiental do Brasil. "Ademais, ele e seu chanceler pré-iluminista, emulando o governo Trump, colocaram seguidamente em dúvida o aquecimento global, apesar das sólidas evidências científicas disponíveis, e ameaçaram até retirar o Brasil do Acordo de Paris".

Os líderes progressistas alertam que a agenda antiambiental do governo Bolsonaro é "manifestação clara de submissão geopolítica à agenda regressiva do governo Trump e embute o desejo evidente de entregar o imenso patrimônio fitogenético, zoogenético e mineral do Brasil à sanha predatória de empresas estrangeiras, em detrimento do uso soberano e sustentável de seus vastos recursos ambientais e dos direitos dos povos originários à preservação de suas culturas e da população em geral a um meio ambiente equilibrado".

"Esse antiambientalismo pré-científico, irracional e entreguista do governo Bolsonaro contrapõe-se aos grandes avanços civilizatórios feitos nessa área em governos brasileiros anteriores, particularmente os de Lula e Dilma" - enfatiza o documento.

O manifesto termina afirmando que "Bolsonaro não está apenas colocando fogo na Amazônia, está queimando a soberania do Brasil, a soberania dos demais países da Bacia Amazônica e o futuro de toda a humanidade".

Assinam: Fernando Haddad, ex-ministro da Educação e ex-candidato presidencial, Brasil. José Luis Rodríguez Zapatero, ex-Presidente, Espanha Rafael Correa, ex-Presidente, Equador Cuauhtémoc Cárdenas, ex-candidato presidencial e fundador do PRD, México. Karol Cariola, deputada, Chile. Leonel Fernández, ex-Presidente, República Dominicana. Julián Andrés Domínguez, ex-Deputado e ex-Ministro, Argentina. Miguel Barbosa Huerta, Governador de Puebla, México. José Miguel Insulza, ex-Secretario Geral OEA, atual senador, Chile. Camilo Lagos, presidente Partido Progressista do Chile. Guillaume Long, ex-Chanceler, Ecuador. Clara López Obregón, ex-Ministra do Trabalho e ex-Candidata Presidencial, Colômbia Esperanza Martínez, ex-Ministra da Saúde, atual senadora, Paraguai. Daniel Martínez Villamil, ex-ministro e senador, atual candidato presidencial, Uruguai. Aloizio Mercadante Oliva, ex-ministro da Educação e ex-chefe da Casa Civil, Brasil. Alejandro Navarro, senador, Chile. Carlos Ominami, ex-ministro da Economia e ex-Senador, Chile. Yeidckol Polevnsky, Presidenta de Morena, México. Gabriela Rivadeneira, Assembleia Nacional, Equador. Ernesto Samper, ex-Presidente, Colômbia. Felipe Carlos Solá, deputado nacional, Argentina. Carlos Sotelo García, ex-Senador, México. Jorge Enrique Taiana, ex-Chanceler, Argentina. Carlos Alfonso Tomada, ex-Ministro do Trabalho, atual Legislador Federal, Argentina. Beatriz Paredes, senadora, México. Celso Amorim, ex-chanceler, Brasil. Carol

Proner, jurista, Brasil. Marco Enríquez-Ominami, ex-Candidato Presidencial, Chile.

Leia a íntegra

A gente espera que tenha assimilado aquelas palavras que leu”, disse, numa prece, o General Heleno. [https://external.fccm8-](https://external.fccm8-1.fna.fbcdn.net/safe_image.php?d=AQBW_XNp7NR-uVDE&w=540&h=282&url=https%3A%2F%2Frenatoterra.blogfolha.uol.com.br%2Ffiles%2F2019%2F08%2Fpronunciamento.png&cfs=1&upscale=1&fallback=news_d_placeholder_publisher&_nc_hash=AQAoAs4Pkej6lpr)

[1.fna.fbcdn.net/safe_image.php?d=AQBW_XNp7NR-uVDE&w=540&h=282&url=https%3A%2F%2Frenatoterra.blogfolha.uol.com.br%2Ffiles%2F2019%2F08%2Fpronunciamento.png&cfs=1&upscale=1&fallback=news_d_placeholder_publisher&_nc_hash=AQAoAs4Pkej6lpr](https://external.fccm8-1.fna.fbcdn.net/safe_image.php?d=AQBW_XNp7NR-uVDE&w=540&h=282&url=https%3A%2F%2Frenatoterra.blogfolha.uol.com.br%2Ffiles%2F2019%2F08%2Fpronunciamento.png&cfs=1&upscale=1&fallback=news_d_placeholder_publisher&_nc_hash=AQAoAs4Pkej6lpr)

A AMAZÔNIA NÃO É MAIS NOSSA - https://www.youtube.com/watch?v=zLIHafMdT2Q&feature=youtu.be&fbclid=IwAR38QrdKbWcxfLMUEvyXXG8jEI7O68LEMuXFWmkXFewcRW9POfc_tqtsSc

Domingos Roberto Todero

· Isso de patrimônio da humanidade é uma bobagem, diz Salles sobre Amazônia

Em entrevista, o ministro do Meio Ambiente diz que o Brasil tem soberania sobre a Amazônia: "somos nós que temos de escolher um modelo de gestão"

Por Estadão Conteúdoaccess_time 24 ago 2019, 12h36 more_horiz

.EXAME.ABRIL.COM.BR

Isso de patrimônio da humanidade é uma bobagem, diz Salles sobre Amazônia

Intercept bomba neste sábado (24) detonando Salles, o culpado pela ‘Amazônia em Chamas’, com novas revelações sobre os crimes do Ministro de Bolsonaro – https://urbsmagna.com/2019/08/24/intercept-bomba-neste-sabado-24-detonando-salles-o-culpado-pela-amazonia-em-chamas-com-novas-revelacoes-sobre-os-crimes-do-ministro-de-bolsonaro-leia/?fbclid=IwAR1S9Y5UNPgckXOXBg0V1igg3i8b4DRFUBsCgPjmye7NbuG7_Njz2BfuSCU

38. O patriotismo seletivo de BolsoNero

DE: REDAÇÃO DISPARADA / 8 HORAS ATRÁS . Por Júlio César Vellozo

https://portaldisparada.com.br/politica-e-poder/patriotismo-seletivo-bolsonero/?fbclid=IwAR3RnAo-TOOeeF7HADPbHR9CxU1E_Sfux5mPhrQ6UpuUjl7otdmr2tgMpRs

0

As manifestações em defesa da Amazônia foram muito importantes. Se estivesse em São Paulo, teria participado com muito gosto. No entanto, seria ruim se, no afã de derrotar o governo da destruição, essa luta justa acabasse

por desprezar a questão da soberania como algo atrasado ou ultrapassado. Tenho lido gente boa dizendo coisas que vão nesse caminho.

A história recente tem demonstrado que as nações mais fortes do mundo continuam dispostas a submeter outros países em função de seus interesses. Militarmente, inclusive. Boa parte da lógica das intervenções está ligada justamente à disputa por recursos naturais. Vivemos num mundo perigoso e o Brasil tem riquezas que são raras por aí, que o mundo cobiça.

A questão é que BolsoNero é o pior governo possível para defender a soberania. Primeiro porque, ao agir como age em relação à Amazonia, abre espaço para que o mundo todo meta a colher por aqui, e com razão. Segundo porque nunca tivemos um presidente que se entregasse à vassalagem de forma tão acintosa quanto ele diante dos Estados Unidos. Quem poderia imaginar um presidente do Brasil batendo continência pra bandeira alheia, ou gritando pateticamente “USA, USA, USA”?

Bolsonaro fala em soberania como falavam os escravistas do século XIX. Quando a Inglaterra pressionava para que o tráfico de escravos acabasse, eles se descobriam patriotas. Tudo pra defender uma soberania pontual: a de comprar e vender gente. Fora isso, total desprezo por qualquer projeto autônomo.

O patriotismo seletivo de BolsoNero é o mesmo dos fazendeiros escravistas do século XIX. Querem uma autonomia seletiva para depredar, destruir e, em última instância, entregar o país em pedaços aos interesses estrangeiros.

39. O DIA DO FOGO

Luis Francisco, na FSP:24 AGO

"É na questão ambiental que Jair Bolsonaro revela sua face mais perigosa e ameaçadora.

O presidente da República espanta o mundo civilizado com declarações negacionistas do aquecimento global, mas não se trata mais de mera controvérsia retórica.

Bolsonaro põe em risco a sustentabilidade da floresta amazônica e de seus povos, flertando, concretamente, com o crime comum e com o crime de responsabilidade.

Assustado com a repercussão interna e externa de seus desatinos mais recentes, o presidente formou um gabinete de crise para tentar gerenciar a imagem corroída pelo desmatamento e pelos incêndios.

Mas o estrago à biodiversidade está consumado e nenhuma atitude futura será capaz de desfazer o rastro de destruição que o seu projeto xucro de poder contempla.

Fazendeiros do sudoeste do Pará celebraram em 10 de agosto o “dia do fogo”. O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) registrou centenas de focos de incêndio nas margens da rodovia BR-163.

Os manifestantes, “amparados pelas palavras do presidente”, teriam organizado o movimento para mostrar que eles “querem trabalhar” sem autuações e licenças.

Segundo reportagens do jornal Folha do Progresso, editado na região, foram detectados focos em unidades de conservação estadual e federal, em terras indígenas, em florestas e em pastagens.

A resposta do poder público é pífia: alguns boletins de ocorrência registrados para prevenir responsabilidades e um inquérito policial instaurado para inglês ver, considerado “inconclusivo” depois da inquirição de três pessoas.

Celebrar o “dia do fogo” é uma atitude tão repugnante como seria a celebração da violência no “dia do PCC”. Mas, empenhado em preservar seus seguidores políticos, Bolsonaro não teve a grandeza mínima de encaminhar para a região forças policiais necessárias para reprimir e identificar os organizadores da atrevida façanha.

Muito além do diversionismo e da ignorância, do discurso agressivo contra imprensa, pesquisadores e ambientalistas, Bolsonaro desarticula premeditadamente a rede de organismos oficiais de controle e fiscalização.

Certas coisas, “eu mando”, anuncia o presidente, que ambiciona interferir nas ações do Ministério Público, da Polícia Federal e da Receita.

Bolsonaro conspira contra a recuperação econômica do país ao atacar governos estrangeiros e organizações não governamentais envolvidos com projetos preservacionistas —além de sepultar o resquício de uma suposta “agenda modernizadora” que o bolsonarismo romântico ainda tenta encontrar nos corredores do Palácio do Planalto.

Parece exagero dizer, mas Jair Messias Bolsonaro, que já foi comparado a Lord Voldemort, o agente do mal na ficção adolescente de Harry Potter, comporta-se, no mundo adulto, como o Marcola do desmatamento.

Bolsonaro procede de modo incompatível com o decoro do cargo. Bolsonaro prevarica: não toma providências contra o desastre ambiental e estimula a omissão de seus ministros. Bolsonaro incita a ação de criminosos e faz apologia de delitos ambientais.

Bolsonaro tem inclinação genocida. Se atos e omissões de Jair Bolsonaro resultarem em ataques a povos indígenas, cada vez mais desprotegidos, uma clara violação ao bem-estar da humanidade, a presidência do Brasil poderá entrar na pauta de interesse do Tribunal Penal Internacional, instituído justamente para o julgamento de facínoras e governantes atroztes, ainda que eleitos."

Luís Francisco Carvalho Filho

Advogado criminal, presidiu a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (2001-2004).

Sobre este site

WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

Opinião - Luís Francisco Carvalho Filho: O dia do fogo

Jair Bolsonaro destrói a biodiversidade da Amazônia

Cipó de aroeira: Merval, que colocou em dúvida palestras de Lula, hoje tem que explicar a sua de R\$ 375 mil

O jornalista Merval Pereira, que fez campanha pela prisão política de Lula, ou seja, pela fraude eleitoral que resultou na eleição de Jair Bolsonaro, hoje se viu compelido a explicar por que recebeu R\$ 375 mil do Senac – após denúncia feita nas redes sociais pelo próprio Bolsonaro. Em seu artigo, Merval disse que o valor se refere a 13 palestras – e não apenas uma

25 de agosto de 2019, 06:35 h Atualizado em 25 de agosto de 2019, 06:37

40. Marina Silva classifica incêndios na Amazônia como "crime contra a humanidade"

<https://br.investing.com/news/economy/marina-silva-classifica-incendios-na-amazonia-como-crime-contra-a-humanidade-678676>

 REUTERS [Economia](#) 23.08.2019 11:46





Por Anastasia Moloney

BOGOTÁ (Thomson Reuters Foundation) - A ex-ministra do Meio Ambiente e candidata presidencial Marina Silva classificou os incêndios florestais que devastam a Amazônia como um "crime contra a humanidade" na quinta-feira, e disse que as diretrizes atuais atacam as chamas.

Incêndios florestais em número recorde ardem há semanas na Amazônia brasileira, a maior floresta tropical do mundo, cuja proteção cientistas dizem ser crucial no combate à mudança climática.

Os incêndios quase dobraram neste ano na comparação com o mesmo período de 2018, segundo autoridades do Brasil, o que provocou uma revolta global.

"O mundo inteiro está assistindo uma situação que está fora do controle, em termos de desmatamento e incêndios na Amazônia brasileira", disse Marina em uma conferência em Bogotá.

Ela e outros ambientalistas atribuíram a situação da Amazônia a cortes feitos pelo presidente Jair Bolsonaro em programas ambientais.

"É uma situação que vejo como um crime contra a pátria, um crime contra a humanidade", disse a ex-senadora.

"Tivemos situações difíceis ao longo da história do Brasil, mas esta é a primeira vez em que temos uma situação que foi prática e oficialmente alimentada pelo governo", acrescentou.

Bolsonaro criticou as multas ambientais para agricultores e pediu que reservas indígenas e outras áreas protegidas sejam abertas ao desenvolvimento.

Procuradores federais do Pará disseram que investigarão a disparada do desmatamento e dos incêndios florestais para determinar se houve uma redução da fiscalização e da aplicação de proteções ambientais.

Ambientalistas como Marina, que foi ministra no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dizem que a iniciativa de Bolsonaro de abrir a Amazônia a algumas atividades econômicas está estimulando a indústria, os madeireiros clandestinos e os fazendeiros a derrubar árvores e explorar recursos naturais.

"O governo Bolsonaro destruiu todas as políticas ambientais que criamos ao longo de décadas", disse Marina, que nasceu em uma comunidade de seringueiros da Amazônia.

Marina Silva classifica incêndios na Amazônia como "crime contra a humanidade"

41. Cipó de aroeira: Merval, que colocou em dúvida palestras de Lula, hoje tem que explicar a sua de R\$

375 mil.

<https://www.brasil247.com/midia/cipo-de-aroeira-merval-que-colocou-em-duvida-palestras-de-lula-hoje-tem-que-explicar-suas-palestras-de-r-375-mil>



Merval anuncia data da prisão de Lula: dia 26 ou 27

247 – Quando o ex-presidente Lula, o político mais popular da história do Brasil, que recebia convites para realizar palestras em todo o mundo, se tornou alvo de um processo de guerra judicial para ser preso e depois excluído da disputa presidencial de 2018, o jornalista Merval Pereira, do Globo, foi um dos protagonista da campanha midiática contra Lula.

Em julho de 2017, por exemplo, ele escreveu que Lula precisaria explicar suas palestras. "Quando bloquearam R\$ 600 mil da conta corrente do ex-presidente Lula – é espantoso alguém ter essa quantia em conta corrente – o PT soltou uma nota dizendo que ele ia passar fome. Um dia depois, aparecem R\$ 9 milhões em planos de previdência privada. Lula tinha toda condição de ser milionário, diante do preço que cobrava pelas palestras que diz ter feito a partir de 2010, mas precisa comprovar que elas existiram e que não eram alguma contrapartida de empreiteiras. A explicação fica complicada porque um dos

diretores da Odebrecht afirmou ter sido preparado um esquema, com as palestras, para que o ex-presidente tivesse uma boa aposentadoria", postou Merval em sua [coluna](#).

Neste domingo, no entanto, é Merval quem tenta se explicar após ser acusado por Jair Bolsonaro de receber R\$ 375 mil por uma palestra do Senac. "Na verdade, não recebi esse total, pois o programa foi interrompido, e acabei dando 13 palestras, que foram noticiadas nos jornais locais, em informes publicitários da Fecomércio do Rio, em sites, e filmadas. As palestras eram abertas a representantes do comércio, da indústria, da educação, políticos locais, estudantes. Foram as seguintes as cidades das palestras: Angra dos Reis (30/3/2016); Miguel Pereira (14/4); Três Rios (28/4); Volta Redonda (5/5/); Barra do Pirai (19/5); Teresópolis (16/6); Valença (9/6); Barra Mansa (14/7); Rio das Ostras (28/7) Petrópolis (11/8); Rio de Janeiro (7/12/); Cabo Frio (16/3/2017); Niterói (25/5/2017)", [escreveu Merval neste domingo](#).

No caso de Merval, cai bem um verso de Geraldo Vandré que se referia a um "dia que já vem vindo, que este mundo vai virar"... Está na canção Aroeira, do disco Canto Geral, lançado naquele ano de contestações. E encaixa bem nos resultados colhidos por setores da imprensa comercial em relação ao governo Lula: "É a volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou dar".

43. Justiça reverte desmonte do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

<https://www.esmaelmorais.com.br/2019/08/justica-reverte-desmonte-do-mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura/>

Publicado em 12/08/2019

A Justiça Federal do Rio de Janeiro suspendeu parte de decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) que exonerou 11 integrantes do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MTPCT).

A decisão é da 6ª Vara Federal Cível e foi tomada na última sexta-feira (9). Onze peritos que visitavam presídios para prevenir a tortura e o tratamento cruel foram exonerados por Bolsonaro.

O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) foram à Justiça contra o decreto. O MPF afirma que a mudança inviabilizaria o funcionamento do MTPCT.

<https://www.esmaelmorais.com.br/2019/08/justica-reverte-desmonte-do-mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura/>

43. BRASIL VOLTA ÀS RUAS: O PAPEL DOS REPÓRTERES NA DEFESA DA DEMOCRACIA

12 De Agosto De 2019 Ricardo Kotscho Comments 7
Comentários

https://www.balaidokotscho.com.br/2019/08/12/brasil-volta-as-ruas-o-papel-dos-reporteres-na-defesa-da-democracia/?fbclid=IwAR3JDt087Fk8J-d0r3uCLTtDawGdX4fOJdyFb2NyKd3CoPc1HsrY_4_Vi8w

Há várias semanas estão sendo organizadas manifestações de protesto contra o governo pelas 12 centrais sindicais unidas, a União Nacional dos Estudantes e centenas de outras entidades mobilizadas em todo o país.

Você viu alguma notícia sobre os atos programados para esta terça-feira, dia 13 de agosto de 2019?

O único registro que encontrei até agora foi uma nota no Painel da Folha, com o título “Bloco na rua”:

“Organizadores de novos protestos contra cortes na educação se animaram com o monitoramento de adesões aos atos marcados para esta terça (13). Além de professores e alunos, que estão deliberando o assunto em assembleias nos diretórios acadêmicos, artistas reforçaram a mobilização”.

Não são só os estudantes, professores e artistas.

A inédita união das centrais sindicais está mobilizando trabalhadores de todas as áreas, assim como os movimentos sociais e populares, que andavam sumidos das ruas.

É a sociedade civil organizada que está voltando a se manifestar, num momento de sufoco extremo, em que ninguém aguenta mais os

desmandos desse governo demente e entreguista, comandado por um capitão desvairado, que agora deu para desfilas de motocicleta e jet-sky por Brasília.

Por onde andei neste final de semana _ não sei como ficaram sabendo dos protestos _ muita gente já se programava para ir à avenida Paulista, local da manifestação aqui em São Paulo, a partir das 16 horas.

Hoje cedo, o primeiro e-mail que abri foi o do premiado escritor Luiz Ruffato, comunicando a um grupo de amigos que estava desmarcando outros compromissos para ir à avenida, e os convidando a fazer o mesmo. Me deixou animado.

São pessoas de todas as tendências políticas, que já andavam desesperançadas, e agora voltam a se juntar para dar um basta ao avanço deste desgoverno cívico-militar contra a democracia.

É um clima muito semelhante ao do final de 1983, nos estertores da ditadura militar, quando líderes de diferentes partidos e de movimentos sociais começaram a discutir formas de mobilização pela redemocratização do país, com a volta de eleições diretas para a Presidência da República.

Repórter de geral, como se dizia na época, eu tive a oportunidade de acompanhar, desde o início, a formação embrionária de um movimento popular que, no dia 25 de janeiro de 1984, inundaria de gente a praça da Sé, sob chuva, com faixas e cartazes, gritando “Diretas Já!”

Conto a história completa no livro “Explode um Novo Brasil” (Editora Brasiliense).

Era o dia do aniversário da cidade, e muitos colegas se surpreenderam ao ver aquela multidão de mais de 400 mil pessoas, reunida pela primeira vez desde o golpe dentro do golpe do AI-5 de 1968, que mergulhou o país na fase mais cruel da ditadura.

Não existiam ainda as redes sociais e a imprensa da época tentou esconder até o último momento a mobilização que crescia silenciosa nas periferias da

cidade e do poder (a TV Globo registrou a grande festa democrática da praça da Sé como um evento do aniversário da cidade).

A cobertura política se limitava aos gabinetes nada arejados de Brasília. Poucos se arriscavam a sujar os sapatos para ir, como cantava Milton Nascimento, onde o povo está.

Achavam, até no jornal onde trabalhava, que eu estava maluco por acreditar que aquele primeiro comício da praça da Sé logo se reproduziria em outras capitais, com concentrações cada vez maiores, até o ponto em que a chamada grande imprensa não poderia mais ignorar o que estava mudando no Brasil.

Quem acreditou desde o primeiro momento nesta grande aventura, como dizia o velho Ulysses Guimarães, foi o dono da Folha, onde eu trabalhava, o visionário Octavio Frias de Oliveira.

O jornal abriu suas páginas para cobrir o dia a dia do movimento em todo o país, informando os preparativos, locais e horários das manifestações, e deslocando repórteres para cobrir todos os comícios.

Além dos partidos de oposição, estavam à frente do movimento a Ordem dos Advogados do Brasil(OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), além da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Não por acaso estas siglas da sociedade civil se uniram novamente para lançar nesta quinta-feira, dia 15, na sede da OAB, em Brasília, a Comissão Arns Contra a Violência, movimento criado em março por várias igrejas e entidades de defesa dos Direitos Humanos.

O nome da comissão foi dado em homenagem a D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo na época das Diretas Já, que teve importante papel nas articulações para mobilizar a sociedade e foi o responsável pela edição do livro “Brasil Nunca Mais” sobre as torturas de perseguidos políticos durante o regime militar, do qual participei, junto com Frei Betto e outros jornalistas e advogados.

Por pior que seja a situação, as coisas podem mudar de uma hora para outra, se cada um de nós cumprir seu papel de cidadão, sem ficar esperando um milagre caído do céu.

Nós, repórteres, precisamos estar sempre atentos a essas mudanças e, para isso, precisamos ir aos lugares onde a vida real pulsa, independentemente do governo.

Confesso que não esperava viver tudo isso de novo, a esta altura do campeonato da vida, mas tem hora em que não há outra escolha.

É lutar, resistir, juntar forças, fazer reportagens e renovar esperanças.

Vida que segue.

44. Está Quem Manda!

https://osdivergentes.com.br/os-divergentes/esta-quem-manda-por-jose-sarney/?fbclid=IwAR0688bsmLdjzRv4ryGdHm0D_SK2B2NBfCniPcTg8Mtbz1QBSbhlzMfmBs

José Sarney - agosto 25, 2019, 8:29



O presidente José Sarney - Foto Orlando Brito

Nos meus primeiros meses como Presidente da República, tive que aprender a rotina das solenidades militares, sempre muito bem organizadas, com fórmulas estabelecidas há décadas e impecável respeito a horário e cerimonial. Justamente neste aprendizado, cometi uma das maiores gafes ao ser recebido no Corpo de Fuzileiros Navais de Brasília, no Dia da Marinha.

Diante da tropa formada estava o Ministro da Marinha, Almirante Henrique Saboia, um dos melhores homens públicos que conheci, grande profissional, mas sobretudo personalidade de honradez, cultura e sensatez. Devo-lhe grande ajuda de conselhos, recomendações e solidariedade.

Quando cheguei, ele, com grande garbo, deu a ordem a sua tropa, conforme os costumes navais, seguida pelo toque dos apitos dos marinheiros, e abriu a solenidade, anunciando: — ***Está quem Manda!***



O presidente

Sarney e o almirante Sabóia – Foto Orlando Brito

Eu, novato em ser o Comandante em Chefe das Forças Armadas, entendi a saudação do Almirante Saboia como “Está queimando.” Abandonei a postura solene de Comandante para me voltar, à procura de onde vinha o fogo. Fui socorrido por meu ajudante de ordens, Major Heitor, a explicar-me que não havia fogo e sim a saudação naval. Até hoje conto com vergonha minha gafe aos almirantes amigos.

Essa foi a exclamação que me veio à cabeça quando recebi a trágica notícia do que acontece na Amazônia, lembrando-me daquele tempo. Desta vez está queimando mesmo, e muito, e escandalosa e catastroficamente fora de controle a nossa Amazônia.



Amazônia vista

de cima – Foto Orlando Brito

Quando caiu o muro de Berlim, com o fim da utopia socialista, nasceu a ideologia do Meio Ambiente. O Brasil foi colocado no banco dos réus sob a alegação de que destruía a Amazônia, pulmão do mundo — por produzir uma sobra de oxigênio, o que não é verdadeiro, o papel pertence às algas marinhas. A Amazônia é fundamental para a humanidade porque é a maior floresta úmida, tem a maior diversidade e faz, aí sim, a regulação do clima mundial.

Minha reação, eu que sou ambientalista, amante da Natureza, humanista, foi contestar o que não era verdadeiro como teoria, reconhecer que desde a Colônia o Brasil tinha descuidado de enfrentar o problema do Meio Ambiente e trabalhar. Criei o “Programa Nossa Natureza” — com a ajuda dos ministros Bayma Denis e João Alves —, o Ibama e toda uma estrutura nacional de órgãos e institutos de natureza científica e tecnológica, a começar pelo monitoramento das queimadas. Fomos o primeiro país no mundo a dedicar ao Meio Ambiente um capítulo da Constituição, trabalho dos deputados Feldman e Sarney Filho.

Respondi à comunidade internacional reivindicando para o Brasil a Conferência Mundial do Meio Ambiente, com os embaixadores Paulo Tarso, Ricúpero e Seixas Corrêa pedindo apoio para a candidatura do Rio de Janeiro. A

Conferência Rio-92 foi um sucesso e cumpriu sua finalidade. Assim saímos do



banco dos réus.

Agora, devemos fazer uma mobilização nacional contra o fogo. Começar pelos municípios, com brigadas de voluntários, chamar os Estados à colação e fazer um grande mutirão nacional.

Vamos dar uma resposta correta. Nada de retórica, tudo de trabalho.

Como eu entendi o que disse o Ministro Saboia:

— *Está queimando!*

— *José Sarney, ex-presidente da República, ex-governador, jornalista, ex-senador, escritor, integrante da Academia Brasileira de Letras*

45. Não importa? Como fica a Nação?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – FB 2 de agosto às 10:36

Há condições jurídicas, mas não existem ainda condições políticas para o impeachment do sr. Jair Bolsonaro. Não porque ele ainda conte com o apoio de uma minoria de extrema-direita neofascista que existe em todos os países, mas porque ele ainda conta com o apoio das elites econômicas brasileiras.

Não importa que ele não pare de fazer afirmações absurdas.

Não importa que ele não pare de mentir.

Não importa que ele acelere o desmatamento da Amazônia.

Não importa que ele despreze o Nordeste.

Não importa que ele rejeite a política de defesa dos direitos humanos.

Não importa que ele incentive a violência das milícias.

Não importa que ele ataque a educação pública.

Não importa que ele rejeite a política de apoio à ciência e à tecnologia.

Não importa que indique seu filho para embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

Não importa que ele desmoralize o Brasil no exterior.

Não importa que ele defenda o racismo.

Não importa que sua política econômica seja procíclica e corte os investimentos públicos em um momento em que deveriam estar sendo aumentados como se não houvesse diferença entre eles e a despesa corrente.

Não importa que o desemprego seja enorme.

Não importa que o que resta ainda de indústria brasileira esteja sendo destruído.

Não importa que a democracia esteja sendo ameaçada.

Nada disso importa para essas elites porque, “em compensação”, esse senhor defende as reformas econômicas.

Isto é uma loucura! Há coisas sobre as quais não se transige.

Algumas reformas são realmente necessárias, como a da Previdência, mas ela está sendo aprovada no Congresso por iniciativa do próprio parlamento. Como a reforma tributária, mas para ela há duas ótimas propostas, uma no Senado, a outra na Câmara dos Deputados - a de Bernard Appy e a do ex-deputado Luiz Carlos Hauly.

A desculpa para as privatizações e desnacionalizações é que o Estado é incompetente para administrá-las. Só o é quando deixa que a política interfira - algo que durante muitos anos evitamos. Mas não é só o Estado que seria incompetente; os empresários também... É assim que as equipes econômicas explicam o sem-número de empresas nacionais que fecharam suas portas. Esquecem que isto decorreu principalmente das políticas

econômicas que adotaram, que tiraram competitividade de nossas empresas devido a taxas de juros muito alta e câmbio apreciado.

O que está em jogo hoje não são as reformas. Aquelas que são necessárias serão realizadas seja por um partido de centro-direita ou de centro-esquerda. O que está em jogo hoje é a dignidade da Nação brasileira - de um corpo político que só se constitui como Nação quando o respeito aos grandes valores das sociedades modernas (a liberdade individual, o bem-estar econômico, a justiça social e a proteção do ambiente) estão na base do compromisso social básico que forma uma verdadeira nação.

46. BRASIL - FRANÇA

Ivanisa Teitelrojt Martins - FB 25 agosto

Para se posicionar e comentar é importante ter informação sobre o histórico das relações diplomáticas entre França e Brasil

ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, deve ir à sede da OCDE em Paris entre 25 e 27 de setembro para explicar a membros da organização por que o Brasil acredita que suas políticas ambientais estão alinhadas com as preconizadas pelo órgão.

O ex-embaixador brasileiro em Washington Rubens Ricupero, um dos poucos que não se furta a fazer críticas públicas ao governo, afirma que a declaração de Macron, de que Bolsonaro mentiu, é muito grave. “Há uma enorme perda de imagem e soft power do Brasil devido à política ambiental”, diz.

Os dois países frequentemente divergem, mas em tom menos estridente. Em 2013, a então presidente Dilma Rousseff criticou a intervenção do exército francês no Mali, afirmando que o combate ao terrorismo não deveria “reavivar antigas tentações coloniais”.

A declaração foi muito mal recebida na França, onde a acusação de colonialismo é considerada ofensiva pelo governo. Bolsonaro também recorreu ao termo ao criticar as declarações recentes de Emmanuel Macron.

Em 2010, o presidente Nicolas Sarkozy prometeu apoiar o Brasil em sua proposta de acordo nuclear com o Irã.

Mas o francês acabou apoiando a então secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, que desprezou o pacto e acabou convencendo os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, entre eles a França, a impor sanções contra o Irã devido ao programa nuclear.

O então presidente Lula teria se sentido traído, e esse teria sido um dos motivos para a decisão de comprar os caças suecos Gripen em vez dos franceses Rafale.

Em 1991, o então presidente francês, François Mitterrand, afirmou que “o Brasil precisa aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia”. A declaração foi muito mal recebida.

A crise mais grave da história recente foi a chamada “guerra da lagosta”, ocorrida entre 1961 e 1963. Barcos franceses começaram a pescar lagosta no litoral de Pernambuco, revoltando os pescadores nordestinos.

Na disputa diplomática, houve até a discussão insólita, alvo de chacota e marchinhas de carnaval na época, sobre a real natureza da lagosta: poderia ser considerada um peixe, que seria passível de captura, ou era um crustáceo?

A crise levou à mobilização de navios de guerra de França e Brasil para a região, mas os países não foram às vias de fato. Foi nessa época que se atribuiu erroneamente ao general Charles de Gaulle a famosa frase “o Brasil não é um país sério”. Na realidade, o autor foi o então embaixador do Brasil na França Carlos Alves de Souza.

Na sexta-feira, Macron tentou reduzir a temperatura da crise e disse que um “ecocídio está se desenvolvendo em toda a Amazônia, não só no Brasil”.

Mas o líder francês escorregou no final, ao dizer que uma das metas seria “encontrar uma forma de boa governança”. “Precisamos envolver as ONGs e os povos indígenas mais do que já fazemos.” O governo Bolsonaro tem conhecida ojeriza a ONGs, e esse foi um dos motivos do cancelamento da reunião entre o presidente e o chanceler francês.

“Ele marcou audiência comigo. Aí fiquei sabendo que tinha marcado com o Mourão, tinha marcado com ONGs. Quem é que ferra o Brasil? ONGs”, afirmou Bolsonaro à época.

47. SOS AMAZÔNIA: É MUITO PIOR...

Via [Fernanda Carlos Borges](#) FB 25 AGO

Elias Flexa, filósofo e ribeirinho amazônida! - Via CGKC.

"Pessoal, eu moro em Porto de Moz - Pará, no rio Xingu. Estou no meio da Amazônia e vocês não tem ideia do que está acontecendo aqui. A imprensa está mostrando a questão das queimadas, mas isso é apenas um dos fatos que estão ocorrendo. É horrorizante saber que é muito pior. Desde que Bolsonaro foi eleito presidente, parece que os madeireiros, fazendeiros, latifúndios e demais devastadores se sentem livres para fazer seus crimes ambientais. Eles encontraram no discurso do presidente um incentivo a destruir a natureza com a certeza da impunidade. Nos governos do PT, a política ambiental incomodou essa turma. Nesse período foram criadas várias unidades de conservação em toda a Amazônia, inclusive aqui no meu município foi criada a maior reserva extrativista, a Verde para Sempre. Espalhou-se para